



**Universidade do Estado do Amazonas**  
Escola Superior de Ciências da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



Juliana Pereira de Araújo

**A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé**

Manaus

2022

Juliana Pereira de Araújo

**A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra: Rita de Cassia Fraga Machado

Manaus  
2022

A663f Araújo, Juliana Pereira de  
2022 A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé / Juliana Pereira de Araújo . – Manaus (AM) : [s.n.], 2022.  
73 f.: color., 30 cm.

Dissertação (Mestre em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

Orientador: Rita de Cassia Fraga Machado

1. Conhecimentos tradicionais. 2. Mulheres. 3. Comunidade. 4. Agroecologia. 5. Saúde. 6. Flona. I. Machado, Rita de Cássia Fraga (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título.

CDU 1997 631.95(811.3)(043.3)

**Elaborado pela Bibliotecária Diná Oliveira CRB11/1019**

Juliana Pereira de Araújo

**A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de TEFÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas, para exame de qualificação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 30 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita de Cassia Fraga Machado  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Emma Cademartori Siliprandi  
UNB/Universidad De Valladolid

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina  
Universidade do Estado do Amazonas

Manaus

2022

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir chegar até aqui, por estar sempre comigo, minha força, minha fé!

Ao meu esposo, Aloísio, pela paciência e incentivo para que eu sempre buscasse meu autoaperfeiçoamento. Pelo amor, carinho e compreensão para que eu concluísse mais essa etapa na minha vida profissional. Você, sem dúvidas, foi minha força todos os dias dentro de casa, assumiu toda a responsabilidade para com os nossos filhos; a você, dedico essa dissertação. Sou muito feliz e agradecida por ter você em minha vida.

Aos meus filhos Davi e Pedro, vocês são minha alegria e ânimo para seguir em frente todos os dias, luz da minha vida e meu aconchego, mamãe ama mais que tudo nessa vida.

Aos meus pais, Luiz e Rita por prezarem pela minha educação, torcerem e vibrarem pelas minhas conquistas.

Às minhas irmãs, Laiz, Regina e Indira por cederem seus ombros e ouvidos nos momentos difíceis e me motivarem a crescer e chegar aonde eu quero. Laiz, principalmente, leitora dos meus textos, agradeço por me centrar quando eu me perdia em meus próprios pensamentos.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra Rita, pela confiança depositada em mim e no projeto. Obrigada pela orientação, pelas ideias e pela paciência.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu finalizasse minha dissertação, com palavras de incentivo e conforto.

*Não foram as bruxas que queimaram. Foram  
mulheres. Mulheres que eram vistas como:  
Muito bonitas, Muito cultas e inteligentes, Porque  
tinham água no poço, uma bela plantação, Mulheres  
que eram muito habilidosas com fitoterapia, Mulheres  
que tinham uma forte conexão com a natureza...*

*Fia Forsström*

## RESUMO

ARAÚJO, Juliana Pereira de. A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de TEFÉ. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

As mulheres agricultoras, ao longo da história humana, utilizaram técnicas e modos de produção próprios para a manutenção da vida em comunidade, a partir de conhecimentos desenvolvidos e aprimorados com o passar dos anos, utilizando os recursos locais. O presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: como as mulheres das comunidades mantêm seus conhecimentos tradicionais para a preservação da vida na floresta? O conhecimento tradicional é considerado nesta investigação como sendo aquele conhecimento produzido informal e coletivamente, que não tem uma origem precisa no tempo e é transmitido, pela via oral, às novas e sucessivas gerações. Ele apresenta o potencial de aliar-se à temática do cultivo na floresta. Evidenciam-se como práticas que as mulheres, com toda sua sabedoria ancestral desenvolvem em benefício da comunidade. O objetivo geral dessa dissertação é compreender como as mulheres das comunidades mantêm seus conhecimentos tradicionais para a preservação da vida em comunidade e como aparecem os princípios agroecológicos na promoção da saúde. A presente pesquisa é qualitativa na área da saúde coletiva. Ela foi realizada como um estudo caracterizado como “estado da arte”, ou seja, como uma revisão crítica de estudos e publicações em periódicos relacionados com o conhecimento tradicional e as mulheres da comunidade, realizaram-se entrevistas com roteiro semiestruturado e observação participante nas comunidades Bom Jesus e São Francisco de Bauana localizadas no município de Alvarães, dentro da Floresta Nacional de Tefé (FLONA) envolvendo seis mulheres.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais. Mulheres. Comunidade. Agroecologia. Saúde. Flona.

## ABSTRACT

ARAÚJO, Juliana Pereira de. The forest as a cure: women, traditional knowledge and the promotion of health in communities of the TEFÉ national forest. 78 f. Dissertation (Master in Collective Health) - University of Amazonas State, Manaus, 2022.

Women farmers, throughout human history, have used their own techniques and modes of production to maintain life in the community, based on knowledge developed and improved over the years, using local resources. The present work presents the following research problem: How do women in the communities maintain their traditional knowledge for the preservation of life in the forest? Traditional knowledge is considered in this research to be knowledge produced informally and collectively, which does not have a precise origin in time and is transmitted orally to new and successive generations. It has the potential to be allied to the theme of cultivation in the forest. They are evidenced as practices that women, with all their ancestral wisdom, develop for the benefit of the community. The general objective of this dissertation is to understand how the women of the communities maintain their traditional knowledge for the preservation of life in the community, and how agroecological principles appear in the promotion of health. The present research is qualitative in the area of collective health. It was carried out as a study characterized as "state of the art", i.e., as a critical review of studies and publications in journals related to traditional knowledge and community women, interviews were conducted with semi-structured script and participant observation in the communities Bom Jesus and São Francisco de Bauana located in the municipality of Alvarães, within the Tefé National Forest (FLONA) involving six women.

Key-words: Traditional knowledge. Women. Community. Agroecology. Health. Flona.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - FLORA do Tefé no Amazonas, com a localização de Tefé e Alvarães .....	17
Figura 2 - Feira agroecológica.....	31
Figura 3 - Dona Edna mostrando as cascas de mandioca que serviriam como adubo .....	45
Figura 4 - Entrevistadas pela pesquisa: mulheres extrativistas, agricultoras e líderes na sua comunidade, atuando como articuladoras na agricultura familiar.....	48
Figura 5 - Dona Raimunda, a mulher mais velha da comunidade Bom Jesus, responsável por transmitir os conhecimentos .....	51
Figura 6 - Produção de mel na comunidade .....	64
Quadro 1 - Classificação da Metodologia científica .....	13
Quadro 2 - Lista de trabalhos encontrados .....	21

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FLONA      Floresta Nacional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Contextualização .....	10
1.2 Metodologia.....	13
1.2.1 Pesquisa de campo.....	16
1.3 Estado da arte como metodologia de pesquisa em saberes tradicionais.....	18
1.3.1 O Conhecimento Da Mulher Sobre A Natureza.....	32
1.3.2 Agroecologia e seus princípios.....	33
1.3.3 Os conhecimentos das mulheres na agroecologia .....	36
2. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	38
2.1 As mulheres da floresta nacional de Tefé – Flona.....	38
2.2 Comunidade ribeirinha: comunidades da Flona .....	48
2.3 As mulheres nas comunidades tradicionais da Flona e a relação com princípios da agroecologia.....	52
3. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SAÚDE EM COMUNIDADE.....	55
3.1 A cura da floresta.....	55
3.2 A cosmovisão da floresta como cura.....	60
4. CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS .....	67

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização

As mulheres trabalhadoras rurais, do campo e das águas, estiveram à frente de trabalhos ecológicos preocupadas com a saúde e a alimentação e sobrevivência da comunidade desde o princípio da Humanidade. Apesar de, desde muito novas, desenvolverem trabalhos no campo, eram vistas como donas de casa, sem o reconhecimento sobre seu lugar nas atividades rurais. Ao longo do século XX, conforme a sociedade brasileira se transformava, o papel social da mulher foi modificado dentro do processo de organização. São elas as grandes precursoras na agricultura familiar, atuando na oferta de alimento para seus familiares e em suas comunidades.

Na década de 1980, apesar de forte pressão por conta do período da ditadura militar, os movimentos sociais seguiram na resistência e houve uma reorganização dos diversos grupos, incluindo grupos feministas que reivindicavam direitos para as mulheres. Tais movimentos alcançaram as mulheres rurais, que reivindicavam direitos profissionais, alguns deles alcançados com muita luta na Constituição de 1988, que regulamenta alguns direitos das mulheres a terra e a benefícios, como aposentadoria e licenças (SILIPRANDI, 2011).

Muitas outras movimentações foram surgindo e com participação feminina ativa nos movimentos e sindicatos mistos. Havia uma diversidade de interesses, alguns muito específicos das mulheres trabalhadoras rurais, o que ocasionou o surgimento de uma frente específica de movimentação que atendesse a essas especificidades. Com isso, iniciou-se uma movimentação para a criação de associações e cooperativas, agora com lideranças femininas em diversas categorias que hoje defendem os ideais de mulheres da comunidade, além de contribuírem para a organização da economia e produção agroecológica no país (SILIPRANDI, 2009).

Um grande problema enfrentado pelas mulheres do campo é que, mesmo apresentando vastos conhecimentos e habilidades distintas, não conseguem o devido reconhecimento e pagamento, além de serem submetidas a trabalhos precários, com baixos salários e renda sem garantias de seus direitos. Ainda segundo Siliprandi (2009), mesmo à frente dos movimentos e com alguns direitos assegurados, há ainda muita resistência para que as mulheres agricultoras sejam consideradas produtoras rurais, o que perpassa sua trajetória de vida, atentando contra a autonomia de cada mulher e o que ela representa para a sua comunidade. Percebe-se, portanto, que a afirmação de identidade das mulheres ainda está em processo de consolidação no lar e no

campo, enquanto elas assumem protagonismo nos espaços e nas decisões políticas, de forma a assegurar seus direitos e superar os diversos tipos de bloqueio e violência sofridos.

Santilli (2003) defende que os conhecimentos tradicionais sobre a natureza são produzidos informal e coletivamente, que não têm uma origem precisa no tempo e são transmitidos, pela via oral, às novas e sucessivas gerações. Conforme Cunha (1994, p. 121), “pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória”. No mesmo caminho, Castelli e Wilkinson (2002), ao tratar desse conceito que engloba diversos assuntos e prioridades, afirmam que esses conhecimentos não pertencem a um indivíduo em particular, mas ao grupo que forma as comunidades tradicionais, grupo esse que construiu e manteve, ao longo das gerações, estilos e práticas fundamentais para a sobrevivência, destacando o papel essencial que o conhecimento tradicional desempenha no bem-estar das atuais e das futuras gerações.

Na lógica do conhecimento tradicional, as ações de exploração estão pautadas no equilíbrio natural, que deve ser respeitado e perpetuado dentro da comunidade, e nos valores e princípios próprios, portanto, deve estar a par das políticas que envolvem os grupos sociais daquele entorno. Estas práticas estão associadas ao conceito de socioambientalismo, que une as pautas ambientais e as sociais/econômicas, de forma articulada, considerando os modos de exploração dos recursos naturais que contribuam para o desenvolvimento social e econômico dos povos da comunidade envolvida (CAPORAL; CASTOBEBER, 2002).

As mulheres agricultoras sempre utilizaram técnicas e modos de produção próprios e históricos para a manutenção da vida na comunidade, a partir conhecimentos desenvolvidos e aprimorados com o passar dos anos, utilizando os recursos locais. Essas práticas se aproximam do que hoje é considerado agroecologia.

Segundo Caporal, Paulus e Castobeber (2009, p. 16):

[...] é comum confundir Agroecologia com a simples adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas ou com uma agricultura que não usa agrotóxicos ou, simplesmente, com a substituição de insumos. [...] “apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico, como uma matriz disciplinar”.

O trabalho de Cruz (2010) traz relatos exemplares de mulheres quilombolas do Vale de Guaporé, apresentando um panorama de como mulheres da floresta usam o conhecimento tradicional em suas atividades rotineiras e conseguem aproveitar os recursos naturais disponíveis, ao mesmo tempo em que os preservam, extraído da natureza, pelo desenvolvimento sustentável, os bens necessários para a sobrevivência. Uma das entrevistadas

dessa pesquisa, ao relatar sobre o uso da palha como um exemplo de material para produção de artesanato, deixa claro como são utilizadas técnicas que fazem parte da construção de saberes ambientais para a confecção de produtos artesanais de qualidade, que são transmitidos pela oralidade e práticas cotidianas através das gerações. E ainda há a possibilidade de comercialização, proporcionando o aumento da renda familiar (CRUZ, 2010).

Deste modo, que os grupos locais – e dentro destes, as mulheres –, têm papel primordial na agroecologia do ponto de vista da manutenção da autonomia alimentar e de saúde no contexto em que estão inseridas e de forma sustentável. As mulheres tradicionais, como seres atuantes e plenos de conhecimento, são importantes vetores de perpetuação de conhecimento para manutenção de recursos naturais e conseqüentemente para a sobrevivência, desenvolvimento e qualidade de vida da comunidade.

A mulher das comunidades tradicionais da Amazônia, ao longo da história, desempenha papel social de mãe e agricultora que trabalha na roça e cultivam seus próprios alimentos, temperos e ervas. Os modos de produção capitalista se aproximam das comunidades tradicionais de forma violenta e devastadora, mesmo assim, elas, as mulheres, têm conseguido manter o conhecimento tradicional em prol da comunidade, utilizando saberes que vêm dos antepassados, mantendo a prática por gerações e gerações.

Nesse contexto, é comum que essas mulheres tomem frente em trabalhos ecológicos, envolvidas com as tarefas relacionadas com a sobrevivência de sua comunidade, tanto no campo da alimentação, quanto no campo da saúde. Embora vistas como donas de casa, essas mulheres exercem uma importante função no campo (SILIPRANDI, 2009).

A posição das mulheres, deste modo, na produção da agricultura brasileira passou a ser reconhecida, ainda que timidamente, em meio a muita luta. Os seus conhecimentos tradicionais, ainda que relevantes para a sua comunidade e buscados por membros de toda a sociedade, nem sempre têm o reconhecimento que merecem. Com a atuação de grupos voltados para a defesa dos interesses da mulher, cooperativas passaram a se reunir, bem como associações, destacando lideranças femininas e envolvendo, nesse processo, o conceito de agroecologia, com a produção alinhada ao meio ambiente e à sustentabilidade (CAPORAL; CASTOBEBER, 2002).

A despeito dos movimentos que existem para defender os seus direitos e a posição protagonista, dentro do processo de organização das mulheres rurais ao longo de décadas, existe resistência de grupos contrários a esses avanços, já que se trata também da busca da mulher por igualdade e autonomia, ganhando representatividade em sua comunidade (SILIPRANDI, 2009).

Deste modo, trata-se de uma luta de milhares de mulheres em busca da afirmação de sua identidade, consolidando a sua posição na produção, ao mesmo tempo em que assumem as suas funções em seus lares. Justifica-se, assim, a pesquisa nessa área, oferecendo embasamento para que os seus direitos sejam assegurados e a sua integridade protegida.

Nas comunidades tradicionais, o uso de alimentos e plantas e seu fomento nos hortos familiares seguem acontecendo, possibilitando a nutrição e o cuidado. Este trabalho busca, então, verificar e responder: **como as mulheres da comunidade mantêm seus conhecimentos tradicionais em favor da preservação da vida na Floresta?**

A agricultura familiar ecológica, objeto desta investigação desse estudo, apresenta o potencial de aliar-se à temática da promoção da saúde, o que será evidenciado a partir do estudo das práticas que as mulheres agricultoras, com toda bagagem de conhecimento tradicional, desenvolvem em benefício da comunidade.

Deste modo, o objetivo geral da presente pesquisa é evidenciar como as mulheres de comunidades tradicionais contribuem para manutenção da vida através dos saberes e práticas na produção agrícola e na saúde, aproximando-se do conceito de agroecologia. Os objetivos específicos são: verificar as práticas e o conhecimento tradicional das mulheres das comunidades para a promoção da saúde na comunidade; e discutir a importância das mulheres e do seu conhecimento tradicional para a saúde da comunidade.

## 1.2 Metodologia

Quanto às escolhas metodológicas, optou-se pela seguinte classificação, conforme o Quadro 1:

**Quadro 1** - Classificação da Metodologia científica

Classificação quanto aos objetivos da pesquisa	Classificação quanto à natureza da pesquisa	Classificação quanto à escolha do objeto de estudo	Classificação quanto à técnica de coleta de dados	Classificação quanto à técnica de análise de dados
Descritiva	Qualitativa Social	Estudo de caso único e coletivo	Pesquisa bibliográfica observação participante de entrevistas	Análise do discurso

Fonte: A própria autora

O objetivo geral da pesquisa é verificar como as mulheres de comunidades tradicionais podem contribuir para manutenção da vida através dos saberes e práticas na produção agrícola e na saúde, aproximando-se do conceito de agroecologia. A sua classificação quanto ao seu objetivo é descritiva, que é a pesquisa qualitativa que utiliza dados que podem advir de documentos, entrevistas, anotações, vídeos, fotografias e outros (GODOY, 1995).

A natureza da pesquisa é a qualitativa. A pesquisa qualitativa é definida por Godoy (1995, p. 58) como a que “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”.

A pesquisa qualitativa tem como foco promover “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 1993, p. 79). Assim, não há o objetivo de abranger todas as falas e expressões interlocutórias, sobretudo porque as características gerais dessas falas e expressões tendem a se repetir no meio social. Considerando, portanto, a diversidade de opiniões, deve-se “caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um meio social” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 1993, p. 80).

Trata-se de uma pesquisa com o foco em trazer a realidade dos sujeitos para a percepção do pesquisador, sobretudo oferecendo como o fenômeno os afeta (GODOY, 1995). Segundo Mansano (2014, p. 119), “os problemas analisados [...] são objeto de apreciação lenta e minuciosa que tende a multiplicar, a transmutar e a desdobrar questões, agregando à investigação uma dimensão problematizadora”.

Entende Godoy (1995) que a pesquisa qualitativa pode se apresentar de diversas maneiras, sendo um campo de grande diversidade. A despeito de suas várias modalidades, é possível classificar uma pesquisa como qualitativa conforme características específicas, como na atuação do pesquisador de forma direta na coleta dos dados; na abordagem descritiva, utilizando diversas fontes para a coleta dos dados, como documentos, entrevistas, relatórios, arquivos audiovisuais e outros; a busca do pesquisador por compreender como o evento promove significados aos sujeitos da pesquisa; e pela análise indutiva dos dados coletados, permitindo uma percepção geral sobre um fato a partir de análises de casos específicos.

A abordagem qualitativa é bastante comum em ciências humanas e sociais. Conforme Godoy (1995, p. 63):



Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação (qualitativo) parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que a análise qualitativa seja a mais indicada.

Deste modo, a abordagem qualitativa foi adotada pelo enfoque, no estudo, em analisar como as mulheres de comunidades tradicionais podem contribuir na manutenção da vida através dos saberes e práticas na produção agrícola e na saúde, aproximando-se do conceito de agroecologia.

A pesquisa foi realizada como estratégia do estudo de caso. Yin (2015) define essa estratégia como aquela que busca trazer contribuições para a academia, permitindo conhecer fenômenos individuais, de grupo, organizacionais, sociais, políticos e outros. Trata-se de um método bastante utilizado em fenômenos de alta complexidade. A natureza é indutiva, já que se parte de uma análise a fim de promover percepções abrangentes sobre um tema.

Conforme Yin (2015, p. 4), o estudo de caso “permite que os investigadores foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”. Ventura (2007, p. 384), ainda aponta que “com este procedimento se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso”. Deste modo, “o estudo de caso visa a investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações”.

Para a realização da presente pesquisa, optou-se pela utilização da seguinte fonte de dados: bibliografia, em forma de um *estado da arte* sobre o tema, como apresentado no próximo capítulo; e entrevistas de roteiro semiestruturado com observação participante.

A entrevista é definida por Gil (1999) como o ato de perceber, sendo realizado conjuntamente por duas pessoas: o entrevistador e o entrevistado. Assim, trata-se de uma busca pelo conhecimento sobre vivências, percepções, crenças, expectativas e outros aspectos de um determinado público.

A entrevista semiestruturada é uma modalidade de entrevista com formulação prévia de tópicos que se materializarão em perguntas, de modo a conduzir o processo de investigação. Essa condução se baseia na teoria previamente investigada, com relação estabelecida com o tema da pesquisa. Ela favorece não apenas a descrição de fatos sociais, mas também a sua compreensão e explicação (MANZINI, 2004).

A observação participante é uma modalidade de entrevista com origem em pesquisas em antropologia. Ela tem como características a ênfase na análise do fenômeno em sua natureza, o uso de dados qualitativos sem um esquema previamente fixado de análise de categorias, e o

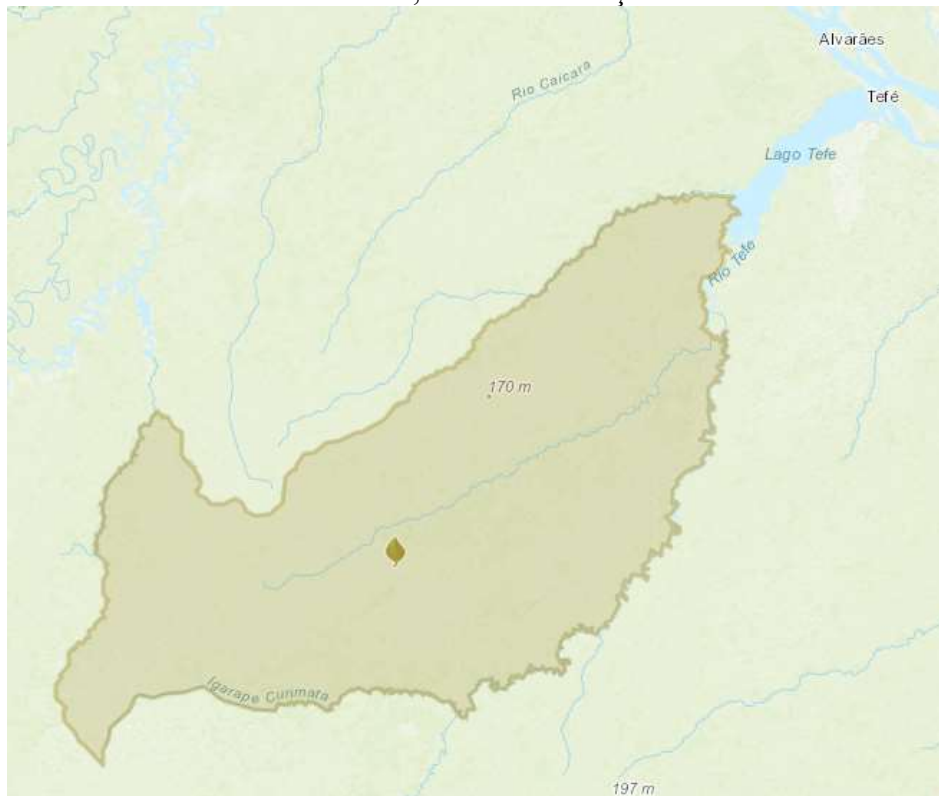
estudo de dados que promovam interpretações explícitas de significados de ações humanas (ABIB; HOPPEN; HAYASHI JUNIOR, 2013).

Para a obtenção dos resultados, a observação participante se baseia em indução e no método dialógico, com discussões sobre as conclusões com os informantes, conforme a entrevista acontece e as interpretações vão sendo construídas pela percepção do pesquisador (ABIB; HOPPEN; HAYASHI JUNIOR, 2013). Ressalta-se, assim, a sua discussão com o entrevistado, de modo a obter novas percepções e reforçar as existentes.

### 1.2.1 Pesquisa de campo

O presente estudo foi realizado nas comunidades Bom Jesus e São Francisco de Bauana, localizadas no município de Alvarães, dentro da Floresta Nacional de Tefé (FLONA). A FLONA de Tefé é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável, decretada no dia 10 de abril de 1989, por meio do Decreto n 97.629. É administrada pelo instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (ICMBIO, 2014, 2019). A FLONA-Tefé apresenta 865.126,62 hectares de área de extensão (ICMBIO, 2019), e está situada no estado do Amazonas, na região do Médio Solimões, incluindo os municípios de Tefé, Carauari, Juruá, Alvarães e Uarini, todos localizados no estado do Amazonas (ICMBIO, 2014).

**Figura 1** - FLORA do Tefé no Amazonas, com a localização de Tefé e Alvarães



Fonte: BRASIL, 2022, p.1

As entrevistadas foram selecionadas por meio da relação institucional com o ICMBio, em razão de termo de cooperação técnica UEA e ICMBio. Assim, houve indicação do próprio ICMBio quanto às comunidades que demandavam um trabalho com as mulheres.

As entrevistas foram realizadas com seis (6) mulheres, 3 mulheres da Comunidade São Francisco de Bauana e 3 mulheres da Comunidade Bom Jesus, localizadas no município de Alvarães, dentro da Floresta Nacional de Tefé (FLONA), médio Solimões. Como o mestrado é realizado na região Norte, e as pesquisas são realizadas na cidade de Tefé, no médio Solimões, foi escolhida a referida comunidade para a pesquisa de campo

A técnica escolhida para a análise dos dados coletados nas entrevistas será a Análise do Discurso – AD. Essa técnica é definida por Caregnato e Mutti (2006, p. 680-681) como:

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar.

Ainda, conforme Caregnato e Mutti (2006), trata-se de uma análise que vai além do texto, buscando os sentidos produzidos previamente pelo discursante com base em suas memórias e suas concepções. [...] “a AD mostra como o discurso funciona não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681). Ela não traz algo novo, mas sim uma nova interpretação, uma releitura do discurso.

Deste modo, diante da adoção, no presente estudo de entrevistas, e pela necessidade de compreender o conteúdo dessas fontes, foi utilizada a análise do discurso, de modo a correlacionar os achados e evidenciar as práticas e o conhecimento tradicional das mulheres das comunidades para a promoção da saúde na comunidade; bem como discutir a importância das mulheres e do seu conhecimento tradicional para a saúde da comunidade.

Em relação as considerações éticas, a presente pesquisa foi submetida a análise e aprovada pelo comitê de Ética em pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas, conforme parecer de número CAAE 64578822.5.0000.5016. Ela cumpre as recomendações legais da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo que ressaltamos a importância do respeito aos princípios éticos, fundantes da construção do estudo aqui proposto.

### **1.3 Estado da arte como metodologia de pesquisa em saberes tradicionais**

Inicialmente, foi realizado um mapeamento, uma pesquisa exploratória inicial em fontes digitais, com um levantamento das produções acadêmicas sobre mulheres e conhecimento tradicional nos portais eletrônicos de periódicos científicos e na base de dados Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), utilizando os seguintes descritores: “Conhecimentos tradicionais”; “Mulheres”; “Comunidade”; “Agroecologia”; e “Saúde”; utilizando o operador booleano AND. Os critérios de inclusão são: trabalhos publicados na íntegra, em português, entre 2011 e 2021. Os critérios de exclusão são: trabalhos não disponíveis na íntegra, não alinhados com o tema da pesquisa.

O método escolhido, denominado “estado da arte”, possibilita conhecer o que já existe de produção disponível sobre a temática, e com esse trabalho, direcionar novas pesquisas para áreas ainda não estudadas.

Esse tipo de pesquisa é classificado junto às pesquisas bibliográficas, que buscam estudos realizados por outros pesquisadores e os discutem, de modo a promover uma síntese

sobre as suas descobertas. O desafio do estado da arte, conforme Ferreira (2002), é proporcionar uma visão planejada do que ainda precisa ser feito e qual aspecto precisa de atenção dentro das investigações, incentivando, dessa forma, novas produções. Para além de identificar aspectos relevantes, as pesquisas sobre o “estado da arte” conseguem identificar as lacunas, assim como trazer à tona temas esquecidos que precisam ser desenvolvidos dentro das pesquisas acadêmicas.

Conforme Messina (1998, p. 1):

[...] um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática.

Nos últimos anos, houve uma grande produção de estudos do tipo “estado da arte” que analisam e descrevem a produção acadêmica e científica em diferentes áreas. Segundo Romanowski e Ens (2006), o interesse por esse tipo de pesquisa surge por sua natureza abrangente que possibilita organizar e definir as necessidades de um campo de pesquisa específico.

Esse estudo de caráter bibliográfico foi realizado a partir de um mapeamento criterioso e uma avaliação dos estudos relacionados ao conhecimento tradicional de mulheres das comunidades, encontrados em fontes documentais, catálogos de universidades, órgãos de fomento à pesquisa e bases de dados como Scielo. Ao entrar em contato com a produção científica disponível sobre a temática, serão analisadas, com relação aos tipos de pesquisa, as técnicas empregadas e, principalmente, os contextos que geraram essas produções do conhecimento em determinado campo científico, afinal “as pesquisas multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar” (FERREIRA, 2002).

A partir do levantamento sobre a temática que envolve o problema de pesquisa aqui apresentado e da atualização acerca da produção de acordo com seu tempo, local e área, torna-se possível o surgimento de novas temáticas para desenvolvimento de pesquisas, a partir da multiplicidade de perspectivas e pluralidades de enfoques sobre o tema. Os dados serão analisados conforme a metodologia da Análise Conteúdo. É uma modalidade definida por Bardin (2009, p. 44) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Esta ferramenta metodológica permite perceber a amplitude do que vem sendo produzido, bem como discutir as produções acadêmicas com diferentes enfoques, com base nas categorias elencadas para a análise. Assim, com uma revisão crítica das formas e as condições dos estudos e publicações em periódicos, poderemos perceber os avanços ou estagnações nos estudos que envolvem o conhecimento tradicional e as mulheres da comunidade. Este trabalho, portanto, se utiliza dessa abordagem para fundamentação de conceitos e aproximação de informações da literatura disponível a respeito do conhecimento tradicional de mulheres para a promoção de saúde na comunidade.

O Quadro 2 expõe os trabalhos encontrados na literatura na base de dados Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), conforme os descritores e seu alinhamento com o tema, e será apresentado nos Anexos, contendo 32 trabalhos a serem analisados. Há, portanto, uma grande quantidade de trabalhos abordando a atuação das mulheres na agricultura na região Norte do Brasil.

**Quadro 2 - Lista de trabalhos encontrados**

<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Síntese</b>	<b>Região<sup>1</sup></b>
2012	ANDRADE, Cleonice Oliveira de.	Mulheres da várzea, uma análise da participação das mulheres no processo produtivo da Ilha do Baixo.	Analisar a participação das mulheres no processo produtivo da Ilha do Baixo.	Mulheres da floresta, Processos produtivos, Assentamento		Norte
2013	BOCCHINI, Ana Gouvêa et al.	Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo: modo de vida na várzea do Baixo Solimões.	Refletir como se articula a noção de sustentabilidade e com a percepção que as mulheres da várzea amazônica têm sobre seu modo de vida.	Relações de gênero, Campesinato, Amazônia, Etnografia, Várzea	A noção de sustentabilidade apresentada pelos moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo e em especial pelas mulheres, durante a etnografia realizada, procura incorporar uma visão holística da sociedade.	Norte
2013	MAGALHÃES, Rebeca Barroso.	A promoção da saúde sob o ponto de vista das mulheres na várzea da Ilha do Baixo.	Compreender e analisar as políticas de saúde relacionadas à promoção de saúde sob o ponto de vista das mulheres na várzea da Ilha do Baixo, no Município de Iraduba, Amazonas.	Várzea, Saúde, Mulheres da floresta	A metodologia de pesquisa será através de pesquisa documental, observação participante e entrevistas com mulheres da comunidade. As categorias analíticas utilizadas serão a memória social, a promoção da saúde e políticas públicas de saúde.	Norte
2014	ALMEIDA, Marineide Pereira de et al.	A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá.	Analisar a participação da mulher em organizações sociais do meio rural na Amazônia.	Agricultura familiar; Relações sociais; Arquipélago do Bailique; Estado do Amapá.	Foram aplicados formulários entre mulheres participantes e não participantes de organizações e movimentos sociais, distribuídos em 37 comunidades.	Norte
2014	CRUZ, Teresa Almeida.	<b>Movimento de Mulheres Camponesas do Acre: 25 anos de organização e lutas.</b>	<b>Discutir o Movimento de Mulheres Camponesas do Acre.</b>	<b>Mulher; Agroecologia; Comunidade.</b>	<b>Hoje a grande luta é pela implementação de um projeto de agricultura camponesa agroecológica, levando em consideração a defesa do meio ambiente e a construção de novas relações entre mulheres e homens e destes com a natureza.</b>	Norte

<sup>1</sup> A região Norte é considerada com a divisão geográfica na qual ela possui 7 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

2014	NASCIMEN TO, Camila Fernanda Pinheiro do.	O trabalho das mulheres ribeirinhas na Amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/ AM.	Analisar as tecnologias sociais tradicionais utilizadas pelas mulheres ribeirinhas na realização do trabalho identificando as tecnologias sociais tradicionais, as formas de trabalho existente na comunidade e o processo de construção das tecnologias sociais tradicionais.	Tecnologias Sociais, mulheres ribeirinhas e trabalho.	Usar-se-á a teoria marxista para nortear os estudos propostos, considerando o materialismo histórico ponto de partida para análise da consciência humana que é produzida pela realidade social.	Norte
2014	SOUZA, Thamirys et al.	Estudo da Organização Sociopolítica e Cultural das Mulheres Ribeirinhas da Comunidade São Lázaro, em Caapiranga/AM.	Entender e contribuir para a discussão acadêmica, identificando quais são as formas de Organização destas mulheres e caracterizando as práticas culturais dentro do meio comunitário é importante entender as diferenças entre essas práticas nesses lugares com as mesmas realizadas pelos mesmos grupos em meios Urbanos.	Gênero, Organização sociopolítica, Cultura	Estudo de caso, constando instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo, serão trabalhadas as Mulheres da comunidade e dentre estas serão selecionadas 10 informantes para aplicação de Formulário e 6 para realização de Entrevista semi-estruturada.	Norte
2015	QUARESM A, Amanda Paiva.	<b>Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar</b>	<b>Mostrar a trajetória organizativa das mulheres no Polo da Borborema, com base na Agroecologia.</b>	<b>Agroecologia, Mulheres, Comunidade.</b>	<b>As mulheres da Borborema começam a se unir pelo trabalho com a organização comunitária e a produção agroecológica. Sua história de luta por igualdade está</b>	Norte



		<b>camponesa amazônica.</b>			<b>intimamente relacionada com a luta por direitos das mulheres camponesas no Brasil.</b>	
2016	AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva.	No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/PA.	Apresentar uma aproximação à dinâmica e variabilidade cultural das famílias de um segmento social da Amazônia, historicamente chamado (nem sempre por eles mesmos) de ribeirinho, em uma localidade, situada na região das Ilhas de Abaetetuba.	Sociologia rural, Organização familiar, Mulheres rurais	A partir da relação família & trabalho, sem esquecer as injunções de gênero, com ênfase ao protagonismo feminino frente à dinâmica atual da organização familiar, o estudo busca compreender como se atualizam as configurações de família no tocante ao seu perfil, ao conjunto (mesmo variável) de seus membros, os aspectos relevantes que conformam o espaço de convivência familiar.	Norte
2016	MACHADO, Rita de Cassia Fraga.	Educação de mulheres das águas e da floresta: pelo direito a participar	Socializar uma experiência construída com base na discussão da análise feminista somada ao conceito de mulheres, educação e formação.	Educação; Mulheres das Águas e da Floresta; Participação; Direito; Extensão Universitária	Notou-se que o registro dos processos são instrumentos metodológicos que permitem a nós pesquisadoras e pesquisadores realizar uma avaliação do próprio trabalho coletivo.	Norte
2017	SADALA, Klaudia Yared; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo.	Gênero e meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia.	Apresentar os passos iniciais da construção de um Estado da Arte de estudos que relacionam a temática de gênero entrelaçada às questões do meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia.	Meio ambiente, Gênero, Populações tradicionais, Amazônia	Os achados desta pesquisa bibliográfica permitiram observar a ausência de estudos sobre transmissão de legado cultural, processos identitários e existência social de homens e mulheres amazônidas acerca de cuidado com a terra no Oeste de Pará.	Norte
2017	SILVA, Sandra Helena da.	Mulheres cultivadoras de juta e malva na região do Baixo Amazonas.	Descortinar o processo de cultivo da malva e de como as mulheres ao longo da	Agricultura familiar, Mulheres, Malva.	Foram destacados dois pontos fundamentais, um relacionado a um breve histórico deste processo produtivo na região do Baixo Amazonas; o segundo	Norte

			história estiveram inseridas neste, tendo seu trabalho um valor fundamental para a sustentabilidade e familiar.		relativo o envolvimento das mulheres na sustentabilidade deste processo.	
2018	MACHADO , R. C. F.	Participação comunitária: outras epistemologias.	Discutir outras epistemologias a partir da proposta de participação comunitária dos povos da Floresta Nacional de Tefé (Flona-Tefé).	Participação, Comunidade, Libertação, Gênero, Epistemologia.	A vida comunitária possibilita o viver comum e de como a participação das mulheres tem democratizado as comunidades na realização de um direito humano universal. Entretanto, alguns desafios ainda estão postos.	Norte
2018	MACHADO , Rita Fraga.	Mulheres, saberes e comunidade: outra epistemologia.	Traçar uma linha histórica epistemológica a no intuito de mostrar que essa não permite a produção significativa para outras epistemologias no trabalho com mulheres da floresta.	Mulheres, Saberes e Comunidade, Outra Epistemologia	Toda comunidade se organiza em torno de um único objetivo: a qualidade de vida e o bem viver, os quais passam pela ação coletiva de preservação e conservação do meio onde estão inseridos.	Norte
2018	NA, Isabell Theresa Tavares	Cartografia de saberes de mulheres ribeirinhas em uma classe hospitalar na Amazônia paraense.	Realizar uma cartografia de saberes de mulheres ribeirinhas em uma classe hospitalar na Amazônia paraense.	Cartografia. Saberes. Mulheres. Educação. Amazônia.	Os resultados apontam um mapeamento de múltiplos saberes protagonizados por mulheres amazônicas categorizados da seguinte forma: a) família, b) vivência com a comunidade, c) trabalho e d) medicina popular.	Norte
2018	SCALABRI N, Andreia Cristine et al.	Cadernetas agroecológicas e feminismo: produzindo visibilidade ao trabalho das agricultoras e extrativistas da Amazônia Paraense.	<b>Demonstrar que os espaços protagonizados pelas mulheres da Amazônia paraense geram diversidade de alimentos e renda às suas famílias.</b>	<b>Agroecologia, Gênero, Mulheres Empoderadas, Quintais Agroecológicos.</b>	<b>O estudo foi desenvolvido em 5 municípios do Estado do Pará por meio do monitoramento de 30 agricultoras com o preenchimento da Caderneta Agroecológica adotadas por elas.</b>	Norte

2019	LEAL, Ayla Julliane da Silva et al.	O papel e a participação da mulher na cooperativa de Irituia.	Abordar uma análise a respeito do papel e da participação que as mulheres exercem, seja na produção agrícola, ou na estrutura organizacional desta cooperativa.	Mulheres na agricultura – trabalho – visibilidade	Partindo das entrevistas, pôde-se constatar que as mulheres estão gradativamente ganhando mais espaço e visibilidade dentro do espaço rural, principalmente na produção agrícola, uma vez que elas vêm desempenhando multitarefas, como sua participação na estrutura organização e envolvidas em todas as atividades diárias da cooperativa D'Irituia.	Norte
2019	NOGUEIRA DE MESQUITA, Rogério; SILVA NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças.	Feminismo (S) rural (IS) em Tela– contribuições do movimento de mulheres camponesas do ACRE para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari–ACRE.	Contribuir com as discussões sobre as lutas das mulheres em busca de direitos e visibilidade.	MMC Acre. Feminismos. Assentamentos Rurais.	Foram retratadas as contribuições do Movimento das Mulheres Camponesas para o empoderamento feminino nos Projetos de Assentamento Rural Antônio de Holanda e Espinhara II, no município de Bujari.	Norte
2019	PONTES, Lana Glayce Dias Ferreira.	Mulheres, trabalho e dendeicultura na amazônia: transformações e desafios em Tailândia – PA.	Compreender as transformações do trabalho feminino no campo e como este se relaciona com a proposta de desenvolvimento local.	Desenvolvimento local, Trabalho feminino, Dendeicultura	Como técnica de pesquisa, foram realizadas entrevistas não diretivas, para coleta de informações através de um diálogo descontraído e entrevistas estruturadas com a utilização de questionários.	Norte
2019	REIS, Luciana Moreira dos; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz.	Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá (PA).	Analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá.	Mulheres. Empoderamento. Relações de gênero.	As mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Marabá participaram de lutas e, embora obtivessem conquistas, foram vítimas de discriminação e violência doméstica no âmbito e decorrer da militância sindical.	Norte
2019	ROCHA, Viviane de Oliveira et al.	O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água	Analisar de que forma ocorre o protagonismo	Gênero, Protagonismo, Agricultura	Dentre os múltiplos resultados constatados ficou claro que as mulheres são os	Norte

		Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas.	das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Assentamento Água Branca, dando especial destaque às suas trajetórias de vida e organização social.	familiar, Amazonas	sujeitos centrais nas atividades produtivas do assentamento Água Branca; elas são os principais sujeitos de organização política da comunidade Uberê onde está situado o assentamento em análise.	
2019	SÁ, Rommel Gonçalves de et al.	Memória social do uso de plantas medicinais em uma comunidade ribeirinha do Amazonas.	Investigar a memória social de moradores dessa comunidade ribeirinha acerca dos conhecimentos de plantas medicinais.	Comunidades ribeirinhas – Amazonas (AM), Plantas medicinais, Conhecimento tradicional associado – Careiro da Várzea (AM), Memória coletiva – Careiro da Várzea (AM), Psicologia Social	Os participantes da pesquisa foram 10 moradores da própria comunidade, maiores de 18 anos e teve como ponto de propulsão o método “bola de neve”, utilizado para definir a amostra. Os dados coletados, na forma de narrativas orais, foram tratados de forma analítica.	Norte
2019	SANTOS, Adria Oliveira dos et al.	O Programa aquisição de alimentos (PAA) na região Metropolitana de Santarém (Pará): o caso das mulheres agricultoras da COOMAPLAS.	Analisar a participação das mulheres agricultoras cooperadas da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – COOMAPLAS, localizada no interior da Amazônia Brasileira, no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Agricultura Familiar, Mercado Institucional, Mulheres Cooperadas, Processo Produtivo, Amazônia.	O ingresso no mercado institucional do PAA oportunizou as agricultoras familiares acesso em um mercado que garantiu geração de renda, ajudando-as direta e indiretamente, na obtenção de sua autonomia econômica, em relação aos seus cônjuges.	Norte
2019	SILVA PRESTES, Alline da; DA SILVA, Sandra Helena.	Relações de gênero na produção de mulheres agricultoras/feirantes do mercado municipal de Parintins-AM.	Analisar as relações de gênero presentes nas atividades laborais desenvolvidas por mulheres agricultoras/feirantes do mercado municipal de Parintins, seja	Gênero; Trabalho; Mulheres; Agricultoras/feirantes; políticas públicas.	Os dados obtidos apontam as relações de gênero assimétricas, ainda que a mulher tenha ampliado seu espaço de participação no âmbito público, os homens não ampliam suas ações aos trabalhos domésticos (privado).	Norte

			na produção agrícola, doméstica, comercialização e demais áreas da vida social; bem como em contraste com a percepção de seus companheiros acerca das ações desenvolvidas por elas.			
2019	SOUSA, Fernanda Vale de.	Percepção de mulheres sobre impactos socioambientais: estudo de caso da Resex Marinha Cuinarana, Magalhães Barata-PA.	Avaliar a percepção socioambiental das mulheres residentes na comunidade Fazendinha, no município de Magalhães Barata – PA, sobre as problemáticas socioambientais na RESEX Marinha Cuinarana.	Unidades de conservação, Ecofeminismo, Impactos socioambientais, Mulheres – Amazônia	Os resultados obtidos foram divididos em três seções, em que se buscou realizar a caracterização socioeconômica das mulheres, entender a relação delas com a RESEX e verificar a percepção ante aos recursos, conceitos e impactos ambientais. Diante disso, dentre os aspectos socioeconômicos, a agricultura (53,1%) e pesca (15,6%) destacaram-se como principais atividades econômicas.	Norte
2019	UCHÔA, Maria Zilomar de Sousa.	Acesso às políticas públicas sociais de mulheres do campo: uma análise da atuação da associação de mulheres trabalhadoras rurais do município de Belterra – Pará.	Promover um debate sobre direitos sociais e políticas públicas direcionadas para as mulheres rurais no contexto de uma associação rural na Amazônia.	Direitos sociais; Organização Social; Gênero; Amazônia	Foram entrevistadas 20 associadas, as quais mostraram que as mulheres da Amabela têm acesso à políticas públicas gerais, voltadas para a educação, trabalho e previdência social, não sendo relatada política pública específica para as associadas.	Norte
2020	DIAS, Odenira Corrêa et al.	Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA.	Apresentar uma caracterização de quintais agroflorestais da comunidade quilombola de Porto Alegre, no Território	Quintais produtivos; Sistemas Agroflorestais; Comunidade Quilombola de Porto Alegre; Amazônia.	Esses quintais diversos, compreendidos como um tipo específico de Sistema Agroflorestal, abarcam distintas espécies vegetais e, por vezes, também animais, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das	Norte

			do Baixo Tocantins, Pará		mulheres da comunidade de Porto Alegre, de seus familiares e, quando chegam aos mercados da cidade de Cametá, até mesmo dos consumidores do contexto urbano.	
2020	SOUSA, Wandicleia Lopes de et al.	Quintais agroflorestais e trabalho da mulher em espaço periurbano: um estudo de caso em Santarém, Pará, Brasil.	Examinar a contribuição socioeconômica da produção de quintais agroflorestais manejados por mulheres em espaço periurbano às margens do Lago Maicá, Santarém, Brasil.	Agricultoras familiares; Autoconsumo; Sistemas agroflorestais; Amazônia brasileira.	Este estudo de caso foi realizado com agricultoras associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Os quintais são espaços de produção organizados pelas mulheres e exercem funções sociais, ambientais, culturais e econômicas.	Norte
2021	<b>MACHADO, Rita de Cássia Fraga; BALBINO, Luyandria Farias; OLER, Juliana Rodrigues Larossa.</b>	<b>Feiras agroecológicas.</b>	<b>Apresentar resultados do Projeto das Feiras de Agroecologia, realizado com as mulheres amazônicas, pela Universidade Estadual do Amazonas.</b>	<b>Agroecologia, Gênero, Feiras agroecológicas</b>	<b>As feiras são uma forma de empoderamento feminino, econômico e social, que servem como opção de renda extra para famílias, que residem na região do médio Solimões/Amazonas.</b>	<b>Norte</b>
2021	NASCIMENTO, D.; MOTA, D. M. da	Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia.	Analisar a relação entre iniciativa econômica e conquista de autonomia por mulheres titulares de contratos de integração para a produção de dendê no Nordeste Paraense, maior região produtora de dendê do Brasil.	Autonomia; Dendeicultura; Agricultora	As principais conclusões mostram que: I) a participação de mulheres em iniciativas econômicas, por si só, não garantiu a autonomia, mas a incentivou; II) a autonomia tem relação direta entre a decisão própria para assinar o contrato e a gestão em diferentes etapas de produção no cultivo do dendê; III) a construção da autonomia ampara-se na obtenção de recursos financeiros, independência para tomar decisões, participação nas esferas públicas, acesso a diferentes informações, diálogo com técnicos da empresa	Norte

					dendeicultora e com representantes de instituições públicas; e IV) ter um contrato de produção representa para as mulheres uma estratégia de conquista de autonomia, embora essa autonomia nem sempre seja exercida da mesma forma.	
2021	PRAZERES RODRIGUES, Renato dos; MEDEIROS, Monique; DA SILVA BENJAMIN, Aldrin Mário.	As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA).	Analisar as atividades praticadas pelas mulheres da Ilha Guajará de Baixo, tanto no âmbito reprodutivo quanto produtivo, com principal atenção àquelas relacionadas ao açaí.	Mulheres ribeirinhas. Extrativismo do açaí. Invisibilização do trabalho feminino. Amazônia Paraense.	Para a efetivação deste trabalho, foram realizadas, em maio de 2018 e julho de 2021, entrevistas semiestruturadas com 28 mulheres.	Norte
2021	<b>SALAZAR, Brenda da Silva et al.</b>	<b>A força da mulher na comunidade maguebras (Marajó-Pará): agroecologia, empoderamento e segurança alimentar.</b>	<b>Analisar a atuação das mulheres ribeirinhas na comunidade Maguebras, a partir da conexão entre a agroecologia e empoderamento.</b>	<b>Agroecologia; Mulheres; Segurança alimentar.</b>	<b>Pesquisa de campo, entrevista semiestruturada, e observações, bem como pesquisas bibliográficas que discutem sobre tema agroecologia e a inserção das mulheres neste campo.</b>	<b>Norte</b>

Fonte: A própria autora

É possível destacar, entre esses estudos, aqueles que abordem especificamente a agroecologia, que são escassos na literatura, uma vez que há muitos poucos trabalhos com essa temática. Tratando-se de uma região gigantesca, o número de trabalhos encontrado é insuficiente, ressaltando a importância de serem realizados mais trabalhos voltados para essa preocupação social, da saúde relacionada a essa temática.

Os trabalhos específicos sobre o tema, conforme os critérios de inclusão e exclusão apontados no parágrafo anterior, são destacados, portanto, em negrito no Quadro 2. Dos trinta e dois trabalhos inicialmente encontrados, cinco abordam especificamente a agroecologia na região Norte (15,62%). O estudo de Cruz (2014) discorre especialmente sobre um Projeto de

Agricultura Camponesa e Agroecológica a ser construído pela articulação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) com a Via Campesina, de modo a se consolidar na resistência, no enfrentamento e na negação ao modelo patriarcal e capitalista no campo. O seu estudo destaca a importância do fortalecimento da produção de alimentos saudáveis, de modo a combater a fome e a miséria, e a garantir a segurança alimentar, construindo, nesse processo, relações entre os seres humanos e a natureza.

Os movimentos agroecológicos, a partir desse período, ganham força, e parte deles é liderado por mulheres. Esses movimentos, conforme revelado no estudo de Cruz (2014), espalharam-se pela região Norte. Foi relatada especialmente a situação do Acre, que levou trinta de suas associadas para Brasília, em 2013, a fim de que participassem do o I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas em Brasília, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

A partir desses movimentos, aumentou a quantidade de adesões ao Movimento de Mulheres Camponesas do Acre (MMC-AC), contando com 150 mulheres ainda em 2013. A luta, deste modo, direcionou-se à busca por implementar um projeto de agricultura camponesa agroecológica, construindo assim novas relações entre homens e mulheres, e destes com o meio ambiente (CRUZ, 2014).

Quaresma (2015), por sua vez, ressalta que o protagonismo da mulher na agricultura é algo difícil de se atingir, uma vez que as relações nesse meio costumam ser rigidamente hierarquizadas, e as mulheres vistas apenas como ajudantes dos homens nas tarefas. Além disso, os quintais agroflorestais não costumam ser reconhecidos como espaços de produção. Outro ponto de atenção é a tripla jornada em que as mulheres trabalham, com tarefas domésticas, produção e venda de frutas, verduras e legumes.

O estudo permitiu concluir, a despeito das dificuldades apontadas nessa luta e na evolução desse processo, que há, sim, uma crescente inserção das mulheres na vida pública, assim como vem mudando o perfil da família rural. De todo modo, essas mudanças são lentas, limitadas, dispondo as mulheres em posição inferior à dos homens no campo socioeconômico (QUARESMA, 2015).

Ainda que os quintais agroflorestais sejam importantes para a produção de bens e serviços, e que as mulheres sejam fundamentais para a sua manutenção, é essencial que essa realidade de vida seja plenamente reconhecida, o que tornará possível a emancipação da mulher e a busca de igualdade e de participação política, promovendo uma sociedade melhor e mais inclusiva (QUARESMA, 2015).

Salazar et al. (2021) também reforçam a importância dos saberes tradicionais, tão fundamentais quanto a subsistência por meio da agroecologia, dentro da finalidade de promoção



desse modo de produção e de vida, sobretudo nas comunidades ribeirinhas, visando o combate à desigualdade e a emancipação das mulheres.

É fato que a atuação das mulheres por meio da agroecologia e com atuação protagonista na venda de seus excedentes é positivo para o aumento da diversidade de alimentos. Outra consequência é o aumento da renda das famílias, favorecendo a obtenção de sua segurança alimentar. Assim, é uma atividade necessária, alinhada com a emancipação feminina no mundo contemporâneo e com as desigualdades econômicas observadas no Brasil (SCALABRIN et al., 2018).

O estudo de Scalabrin et al. (2018), especialmente, observou grande biodiversidade nas áreas utilizadas para a agroecologia, com mais de 140 espécies animais e vegetais evidenciadas. A quantidade de produtos transformados em alimentos cresceu, bem como a renda familiar, a exemplo do observado em outros estudos. O essencial, como demonstrado também em outros estudos, é buscar o protagonismo e a emancipação feminina, com o redesenho dos mercados, a fim de implementar definitivamente as práticas agroecológicas.

Um elemento importante nessa busca pelo empoderamento feminino são as feiras de agroecologia (Figura 3), realizadas por meio de um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual do Amazonas coordenado pela pesquisadora Rita de Cassia Fraga Machado. Esse projeto se destacou por atingir a comunidade acadêmica, outras instituições e as mulheres de comunidades tradicionais indígenas e não indígenas, demonstrando a dinâmica associativa por meio de métodos ecológicos, objetivando a sustentabilidade (MACHADO; BALBINO; OLER, 2021).

**Figura 2 - Feira agroecológica**



Fonte: Arquivos da pesquisadora. Fotógrafa: Marcela da Silva Barbosa

A feira – prejudicada em sua realização no contexto da pandemia de Covid-19, retornaram com o avanço da vacinação e a queda do número de óbitos – são essenciais, pois

expõem o protagonismo das mulheres proeminentes na agroecologia e sua atuação como uma importante ferramenta de contato e reconhecimento do mundo externo com a realidade do papel salutar dessas mulheres em suas comunidades.

Deste modo, o estudo da arte foi qualificado com a entrevista das mulheres da Flona, promovendo uma análise mais abrangente e contrastando a pesquisa realizada na literatura com a pesquisa de campo, conforme apresentado no segundo capítulo desta pesquisa.

### 1.3.1 O Conhecimento Da Mulher Sobre A Natureza

Anna Maria Primavesi, nascida em 1920 como Anna Maria Conrad e falecida em 2020, foi uma austríaca que se radicou no Brasil, tendo atuado como engenheira agrônoma. Ela atuou especialmente no ramo da agroecologia, tendo promovido diversos avanços nos estudos sobre o solo, e no manejo do solo de forma ecológica. Ela teve pioneirismo especialmente na recuperação das áreas degradadas, propondo um manejo integrado ao ambiente (JAIME et al., 2021).

Em seus estudos, Primavesi fomentou especialmente o uso de solos com grande teor de matéria orgânica, promovendo a adubação verde e o controle biológico das pragas. Ela atuou como professora na Universidade Federal de Santa Maria durante vários anos e, mesmo após a sua aposentadoria, continuou contribuindo com as pesquisas, atuando agora em sua propriedade rural em Itai-SP (CAMINHAS; SILVEIRA, 2021).

Além do exemplo de Primavesi, que se destacou no campo acadêmico, existem muitos registros históricos quanto ao conhecimento das mulheres sobre a natureza, de forma tradicional, transmitidos oralmente, de maneira informal e coletiva, ao longo das gerações (SANTILLI, 2003). Ganha relevância, deste modo, a percepção da comunidade a respeito dos fluxos e processos, impactando nesse corpo de conhecimentos e em sua forma preferencial de transmissão (CUNHA, 1994).

Esses conhecimentos, portanto, não são desenvolvidos por algum indivíduo, ou pequeno grupo de indivíduos, como é comum no conhecimento formal. Pelo contrário, eles são construídos por toda a comunidade de forma coletiva, abordando vários assuntos e prioridades, sendo construído ao longo de gerações. Ele aborda, por exemplo, atividades essenciais para a sobrevivência na comunidade e os papéis desempenhados por seus indivíduos, de modo a promover o bem-estar das futuras gerações (CASTELLI; WILKINSON, 2002).

Na lógica do conhecimento tradicional, as ações de exploração do ambiente estão pautadas no equilíbrio natural – que deve ser respeitado e perpetuado dentro da comunidade que possui racionalidade –, valores e princípios próprios, portanto deve participar de ações políticas que envolvem os grupos sociais daquele entorno. Tais práticas estão associadas ao conceito de socioambientalismo que une as pautas ambientais às sociais/econômicas, de forma articulada, considerando os modos de exploração dos recursos naturais que contribuam para o desenvolvimento social e econômico dos povos da comunidade envolvida (SANTILLI, 2005).

Conforme Brandão e Leal (2012, p. 74), “são comunidades tradicionais aquelas que ‘ali estavam’ quando outros grupos humanos, populares ou não, ‘ali chegaram’ e ali se estabeleceram”. Feres e Moreira (2014), assim como Santilli (2005), evidenciam instrumentos que garantem os direitos culturais das comunidades tradicionais, como a Convenção da Diversidade Biológica, que em seu artigo 8º trata do respeito, preservação e manutenção do conhecimento tradicional e das práticas das comunidades locais, trazendo à luz o direito das comunidades detentoras desse conhecimento tradicional sobre os benefícios oriundos do estilo de vida tradicional por elas sustentado. Esta seria uma forma de assegurar as comunidades locais diante das intervenções de empresas que fazem uso direto ou indireto de conhecimentos tradicionais para seu desenvolvimento econômico.

O trabalho de Cruz (2010) apresenta um forte panorama de como mulheres da floresta usam o conhecimento tradicional em suas atividades rotineiras e conseguem aproveitar os recursos naturais disponíveis, ao mesmo tempo em que os preservam, extraindo da natureza os bens necessários para a sobrevivência, baseadas no desenvolvimento sustentável.

Deste modo, os grupos locais – e dentro destes, as mulheres –, são o eixo para a manutenção da autonomia alimentar e de saúde no cenário em que estão inseridas e de forma sustentável. As mulheres tradicionais, como seres atuantes e plenos de conhecimento, são importantes transmissores de perpetuação de conhecimento tradicional para continuidade de recursos naturais e conseqüentemente para a sobrevivência, desenvolvimento e qualidade de vida em suas comunidades.

### 1.3.2 Agroecologia e seus princípios

O desenvolvimento da agricultura é um processo que foi realizado durante cerca de 10 mil anos de história humana, passando por diversos períodos e locais, utilizando técnicas

diferentes e promovendo a expansão com base em uma série de fatores, como condições ambientais, tecnológicas, sociais e políticas (LOURENÇO et al, 2016).

Assim, a agricultura é uma forma de produção com características próprias, com impactos diversos no meio ambiente, de acordo com cada época e lugar. Por todas essas questões, a relação que a agricultura estabelece com a natureza e com as sociedades humanas ainda é tema de intensos debates (LOURENÇO et al, 2016).

Em meio a esses vários desenvolvimentos de técnicas e concepções sobre a agricultura, há a agroecologia. Tratam-se de sistemas de exploração que utilizam tecnologias alternativas às tradicionais no meio agrícola. O objetivo, deste modo, é obter o maior proveito possível dos recursos naturais, porém preservando o meio ambiente (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

Conforme Altieri (2008), a agricultura tradicional começou a ser questionada e contestada no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, em resposta a crises econômicas e sociais observadas não só no país, mas em contexto global. Além disso, a crise ambiental acrescentou motivações para a busca pela superação do modelo tradicional, substituindo-a por uma agricultura sustentável, o que trouxe foco para a agroecologia.

As definições para a agroecologia podem ser várias, desde que envolvam o desenvolvimento de modelos alternativos aos tradicionais, voltados para a ecologia e para a preservação do meio ambiente, focados, portanto, na sustentabilidade. É fato que a agricultura tem o potencial de deixar marcas profundas no mundo, o que tem feito ao longo dos últimos 10 mil anos, transformando as paisagens e vegetações; deste modo, a agroecologia busca reduzir esses impactos (LOURENÇO et al, 2016).

Dentro desse enfoque na agroecologia, busca-se aplicar de forma interativa os conceitos apresentados na Agronomia, na Antropologia, na Comunicação, na Ecologia, na Economia Ecológica e na Sociologia, bem como de outras áreas do conhecimento, de modo a redesenhar e remanejar ecossistemas, buscando a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Esse campo do conhecimento é híbrido, reunindo todas essas áreas de pesquisa no desenvolvimento de modelos sustentáveis no meio rural (LOURENÇO et al, 2016).

Dentre os eixos norteadores para uma agricultura que se considere ecológica, está a conscientização a respeito dos processos de formação do solo e dos ciclos naturais, ainda que seja concebida e aceita a intervenção das pessoas nesses processos. Portanto, a agricultura ecológica se alinha com a busca pela manutenção da fertilidade da terra, evitando práticas antigas e nocivas em que ela era utilizada até se exaurir, sendo então abandonada (PRIMAVESI, 2006).

A agroecologia se destaca, deste modo, por viabilizar uma interferência do indivíduo na natureza de modo a evitar a infertilidade do solo. Para isso, são utilizados conhecimentos adquiridos ao longo do tempo que favoreçam o restabelecimento produtivo tão rápido quanto possível. A exploração agrícola realizada utiliza técnicas para favorecer a reversão do solo desgastado, recuperando a sua integridade original (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

Dentre as recomendações da agroecologia, destacam-se a utilização de adubos verdes, de cobertura morta, o uso intensivo de compostos e de outros recursos naturais. Também há ênfase no estudo e uso de microrganismos do solo e sobre o controle biológico das pragas. As ervas daninhas recebem controle mecânico, de modo a evitar agrotóxicos (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

Em um primeiro momento, até mesmo pelo nome de agroecologia, pode parecer que se trata de um modelo arcaico e pouco tecnológico; pelo contrário, essa modalidade utiliza os conhecimentos mais recentes em agricultura e se vale das tecnologias mais atuais, de modo a exatamente obter um maior controle sobre a fertilidade da terra e sobre os desdobramentos do plantio (PRIMAVESI, 2006).

A dimensão ecológica também é fundamental, e por isso uma das designações para esse tipo de abordagem é agroecologia. Trata-se de um manejo centrado nos ciclos ecológicos e na manutenção dos recursos naturais, sendo essa atuação fundamental para evitar a deterioração do solo. A conservação ambiental, portando, torna necessário o estudo dos agroecossistemas (PRIMAVESI, 2006).

A atuação dentro dos pressupostos da agroecologia também é voltada para o meio socioeconômico e cultural, de modo a evitar que a sociedade se degrade. Assim, há uma promoção para a atuação no desenvolvimento local, buscando promover a melhora na qualidade de vida de todos os envolvidos (LOURENÇO et al, 2016).

O princípio da equidade norteia a atuação na agroecologia. Com base nele, os benefícios obtidos devem ser estendidos a todas as pessoas. Considerando o escopo da produção da agroecologia, tanto nos produtos como no desenvolvimento de técnicas menos impactantes, todos esses benefícios devem ser estendidos à comunidade (LOURENÇO et al, 2016).

Ainda, nessa atuação política e sociocultural, a abordagem agroecológica reconhece que é preciso introduzir formas alternativas de conhecimentos que possibilitem confrontar as crises sociais e ecológicas hoje vivenciadas. Assim, o seu enfoque é plural, considerando toda a biodiversidade e a diversidade sociocultural. O enfoque, como já apresentado, é em oferecer maior qualidade de vida à população (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

A capacidade de selecionar os conhecimentos científicos, identificando como eles podem contribuir para a sua prática, é uma habilidade conhecida da abordagem agroecológica. O sistema foca principalmente em reciclar recursos naturais, de modo a enriquecer o solo por meio do uso de material orgânico e da ação de microrganismos, atingindo, assim, uma exploração sustentável e racional (LOURENÇO et al, 2016).

Dentro do paradigma apresentado pelo saber agroecológico, busca-se a construção de um novo contexto que se baseie na produção alinhada à natureza, utilizando plenamente o potencial ecológico-tecnológico do meio ambiente, sem, com isso, ir além de seus limites (SOUZA, 2017).

Assim, a agroecologia se vale bastante do saber sociológico, utilizando suas estruturas para construir esse paradigma ideado, edificando novos rumos para a agricultura camponesa. Busca-se, com isso, resgatar o saber popular e forjar novos valores socioculturais para o povo do campo.

### 1.3.3 Os conhecimentos das mulheres na agroecologia

Os conhecimentos das mulheres na agroecologia envolvem, principalmente, conhecimentos tradicionais e experiências dos seus ancestrais que são utilizados para cuidar e promover saúde para seus familiares. Essas mulheres, preocupadas com a qualidade do alimento que consomem e que utilizam da floresta, buscam evitar a utilização de produtos químicos, preservando a biodiversidade, adotando práticas sustentáveis para garantir que suas futuras gerações utilizem esses recursos, e implementando esses saberes ancestrais e conhecimentos naturais nesse processo, de modo a conservar os recursos naturais (PRÉVOST, 2019).

Embora a agroecologia apresente um objetivo de transformar a ordem social e os modelos de produção, bem como ressignificar o papel da mulher nesse processo, há o risco de que esse último objetivo não seja atingido, e ocorra um esvaziamento de seu propósito ao longo do tempo. De fato, a literatura aponta um risco de que o lugar de fala dessas mulheres seja retirado com o tempo, conforme suas histórias são contadas por autores masculinos, e elas se tornem invisíveis como sujeitos da produção e da pesquisa (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Essa invisibilização pode ocorrer por várias razões: além de haver uma subestimação do papel da mulher na construção científica, também é fomentado um cenário em que é dificultada a transmissão de conhecimentos por parte das mulheres, à medida que elas não

podem representar a si mesmas e as suas experiências. Ainda que seja um fato a importância das mulheres no desenvolvimento da agroecologia, tudo isso ocorre. (PRÉVOST, 2019).

Em estudo sobre a literatura a respeito do protagonismo feminino na agroecologia, Prévost (2019) identificou três vieses principais nas pesquisas: por um lado, a invisibilidade das mulheres, a despeito de sua atuação na agroecologia; por outro, sua atuação como agentes do conhecimento; e, um terceiro viés, o seu confinamento em assignações de gênero.

De todo modo, o campo de estudos da agroecologia evolui e se modifica com o tempo. Há um incentivo para maior inclusão nesse meio, com um crescente interesse na atuação das mulheres como cientistas, bem como sobre o feminismo no campo e a atuação de mulheres rurais. Atingir essas transformações depende de um processo de ruptura da hegemonia masculina na ciência convencional, como também na produção rural (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Uma das conclusões possíveis, portanto, é que cabe ao espaço científico propor alternativas e promover o desenvolvimento. Conforme Prévost (2019), a ciência deve ser emancipatória, produzindo conhecimentos científicos que se associem a projetos coletivos, desafiando as várias formas de opressão, e contribuindo para a emancipação feminina.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 As mulheres da floresta nacional de Tefé – Flona

A primeira pergunta foi se o conhecimento tradicional é utilizado para a manutenção da saúde na comunidade da entrevistada. As seis entrevistadas, Edna Rocha, Raimunda Xavier, Janete Xavier, Cláudia Xavier, Maria Erimar e Maria Ezimar, em sua totalidade, afirmaram que sim, que há o uso de conhecimentos tradicionais para a manutenção da saúde na comunidade. De acordo com Cláudia, esse conhecimento consiste no uso de *remédio com plantas caseiras e verduras plantadas sem veneno*, considerando que *o veneno pode trazer qualquer tipo de doença*. Além de remédios, o uso de adubos e alimentos naturais também foi destacado na importância da manutenção da saúde.

Edna apontou que o uso de *remédio com plantas caseiras* vem da cultura de seus pais. Conforme seu relato, antes era muito difícil comprar remédios, então eles usavam muito as plantas medicinais. Os alimentos, assim como os remédios, também vêm de seu trabalho com a terra. Ela ainda acredita no poder da fé para o resultado da cura; *minha mãe usava muito as plantas medicinais para manter a saúde em dia e para não ficar doente e, quando alguém adoecia, ela já tinha um remédio e sabia qual se adaptava, qual podia tomar*.

Essa tradição, especialmente da sua mãe, concorda com o demonstrado na literatura de que existe uma transmissão oral dos conhecimentos tradicionais, sobretudo entre as mulheres, com um corpo de conhecimentos construído ao longo de várias gerações (SANTILLI, 2003). Considerando, ainda, o trabalho de pesquisa realizado em um ambiente distante dos centros urbanos, esse achado remonta ao apontado por Cruz (2010), de que as mulheres da floresta incorporam o conhecimento tradicional em suas rotinas.

Edna confia que os alimentos e remédios caseiros são muito melhores que os industrializados, principalmente pelo fato de saber o que está sendo ingerido. Janete concorda com essa visão, especialmente por não usarem nenhum agrotóxico, trabalhando com a agricultura natural. Maria Erimar ainda acrescenta que durante a pandemia de Covid-19, fizeram remédios com alho, limão, mel de abelha, copaíba e andiroba. Ela considera que as ervas medicinais e os alimentos naturais são um presente de Deus para a comunidade.

A correlação entre os conhecimentos tradicionais das mulheres para a manutenção da saúde, e o aspecto religioso, é característica da região amazônica, com benzimentos e a atuação



de mulheres como pajés em muitos casos, ainda que seja uma posição majoritariamente masculina. Em sincretismo religioso, surge também a figura da pajelança cabocla, que se baseia no poder curativo de plantas, como também em experiências místicas de transe e contato com entidades do mundo espiritual (ALBUQUERQUE; FARO, 2015).

A segunda pergunta foi a respeito da valorização do conhecimento tradicional feminino sobre plantas na comunidade. Novamente, todas as entrevistadas responderam que sim, apontando que as mulheres são procuradas para falar a respeito das plantas e para indicar para que elas servem. Conforme Edna, a pandemia de Covid-19 acentuou essa valorização. Raimunda, ainda, apontou que sua mãe trabalhava exclusivamente com isso.

Essa visão, ainda, alinhada com a produção sustentável, sem indústria e toxidades, é apreciada em diversas comunidades, e se manifesta por meio do conhecimento tradicional. Outro ponto reforçado pela literatura é a visão mística desse processo, alinhada com a religiosidade, num sincretismo que mescla cristianismo e xamanismo amazônico (ALBUQUERQUE; FARO, 2015).

A terceira pergunta foi se a entrevistada aprendeu conhecimentos tradicionais de outras mulheres em sua comunidade. Todas as entrevistadas alegaram ter aprendido com suas mães e com outras mulheres da comunidade, incluindo as mulheres das famílias de seus maridos. Além da troca de conhecimentos, elas trocam sementes, como relatado por Cláudia.

Edna foi mais descritiva, relatando que ela e seu esposo têm a preocupação de sempre utilizar alimentos e remédios caseiros, e que as mulheres, em geral, são mais preocupadas com a utilização de ervas medicinais e alimentos naturais. Quando tem dúvida, ela recorre a Raimunda, uma mulher de sua comunidade que tem muitos conhecimentos.

Janete, Maria Erimar, Maria Ezimar e Raimunda também relatam a existência de uma rede de troca de conhecimentos, bem como a prática de trocar sementes tanto dentro da comunidade, como com outras comunidades próximas, de modo a disseminar as plantas e os conhecimentos.

Conforme Cavalcante (2008, p. 85):

Nessa sociedade indígena as mulheres conseguem conciliar o papel maternal com as funções xamanísticas, algumas desde jovens começam seu aprendizado, outras apenas após a menopausa. Assim, seu aprendizado vem do ensinamento de outros mestres.

Nota-se, portanto, na literatura, que há essa tradição de passar o conhecimento adiante e de aprendê-lo das mais diversas fontes. Como aponta Siliprandi (2009), as mulheres vêm acumulando ao longo do tempo uma grande quantidade de conhecimentos, e que elas

transmitem entre si. No meio rural, os conhecimentos da natureza são utilizados pelas mulheres, como também partilhados para as novas gerações (CRUZ, 2010).

A respeito da valorização das mulheres com conhecimentos tradicionais, tema da quarta pergunta, todas afirmaram que elas são, sim, valorizadas. Edna ainda acrescentou que apesar de ter 48 anos, ela busca conversar com pessoas mais velhas, com maiores conhecimentos. Ela é valorizada pelas mulheres mais jovens, que a procuram pelo seu saber, e também valoriza as mais velhas, que ela própria procura.

Essa valorização acontece em alguma medida, na literatura. Se, de um lado, a pajelança cabocla tem espaço para as mulheres, e muitas entre elas se tornem pajés, mesmo não sendo a maioria (ALBUQUERQUE; FARO, 2015), por outro lado, a mulher geralmente assume uma posição subserviente, de baixa intensidade, nas comunidades tradicionais, o que dificulta o seu reconhecimento e protagonismo (MACHADO; ANDRADE, 2018).

A afirmação de todas as entrevistadas de que há, sim, reconhecimento, e que elas são respeitadas e procuradas por sua sabedoria, além de o fato de que a mãe de uma delas vivia apenas por seus conhecimentos tradicionais, mostra uma ruptura do quadro encontrado na literatura pesquisada, talvez indicando uma mudança de paradigma, com a emancipação dessas mulheres, ainda que relativamente, neste ponto de suas vidas, apenas.

A quinta pergunta foi se as mulheres na comunidade da entrevistada têm papel na agricultura. Elas ressaltaram que, em geral, atuam mais nas tarefas de realizar o plantio e cuidar da lavoura, além de colher e vender, enquanto os homens realizam trabalhos braçais.

Conforme Edna, *se nós moramos aqui, é daqui que nós temos que plantar, é daqui que nós temos que colher para nosso sustento e levar para a cidade para vender nossas hortaliças, que são saudáveis, sem veneno*. Ela acrescenta: *A gente planta e tem que zelar, porque se você plantar e não zelar, você não vai ter nada*.

Esse papel, como ressaltado nos relatos, não é de protagonismo. Isso condiz com o que foi identificado na literatura pesquisada. Como ressaltado por Jalil (2009), ainda que as mulheres sejam 47,8% da população rural do Brasil, apenas 16% delas são proprietárias das terras em que vivem. Elas realizam algumas das atividades, porém de acordo com os papéis sociais que lhes são impostos, com alguns dos trabalhos sendo realizados exclusivamente pelos homens.

A sexta pergunta, de fato, é um complemento a essa questão, indagando se na comunidade há mulheres que chefiam famílias. Cláudia respondeu que, em sua comunidade, a maioria das mulheres são chefes de família; já Edna, disse que na sua comunidade não há nenhuma. Janete se considera uma chefe de família, pois ela pesca, planta e busca alimento.

Maria Erimar e Maria Ezimar disseram haver várias. Conforme Raimunda, em sua comunidade, sua filha Janete é como uma chefe de família, sendo a responsável pelo alimento que é consumido pela família e acrescenta, que além de realizar as atividades na lavoura, costuma sair para pescar.

Houve, deste modo, respostas variadas. A maior parte ressaltou que há, sim, mulheres chefes de família, e pelo menos metade das entrevistadas disse haver em grande maioria, confrontando o dado da literatura de que apenas 16% das famílias rurais são chefiadas por mulheres no Brasil (JALIL, 2009). Isso, novamente, pode ser uma mudança de paradigma, ou apenas um traço específico da região investigada.

A sétima pergunta foi sobre como a entrevistada considera o conhecimento tradicional feminino, se considera ele importante para a saúde. Todas responderam que sim, o que até era esperado pelas respostas que deram anteriormente, quando, mesmo não perguntadas, ressaltaram a importância dos remédios e alimentos naturais, não industrializados, para a saúde.

A oitava pergunta foi uma continuação desse tópico, indagando às entrevistadas se elas consideram o conhecimento tradicional feminino importante para a agricultura e a natureza. Todas elas consideraram que sim, até em respeito às histórias que construíram e que já haviam contado em perguntas anteriores.

Conforme Cláudia, justificando porque acredita nisso, *tudo que vem, que planta, que colhe, é tudo da natureza, e se a gente cuida, a gente continua tendo*. Portanto, o conhecimento tradicional feminino ajuda a preservar o meio ambiente, dentro do conceito da agroecologia (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

Edna, sobre sua mãe, reforça que *onde ela ia passando e encontrava plantas medicinais, ela ia coletando e plantando, aí quando as pessoas iam lá atrás dela querendo plantas, ela dava a planta para o remédio e dava também um ramo para a pessoa plantar*. Isso reafirma outras respostas dadas anteriormente, a respeito da tradição de compartilhar os saberes e as plantas.

Prosseguindo neste tema, a nona pergunta indagou se a entrevistada se lembrava de algum episódio em que o conhecimento tradicional feminino foi utilizado para a promoção da saúde em sua comunidade. Todas se lembravam e relataram como algo frequente, inclusive com relatos sobre a pandemia de Covid-19. Nesse contexto, Cláudia disse que tomavam chá de limão e de jambu.

Edna ainda lembrou da atuação de Dona Raimunda, que além de limão e jambu, utiliza hortelã grande. Fora do contexto pandêmico, Edna cita também a atuação de Dona Raimunda

utilizando jambu para tratar o estômago, e como ela levava o jambu para comunidades que não o tinham, distribuindo para os vizinhos.

Janete conta que tem nove filhos, e sempre utilizou chá da casca de uxi, castanheira e jatobá, de modo a prevenir a infecção urinária e outras doenças ginecológicas. Maria Erimar relata a visita de um cantor em uma festa, na qual ele passou mal por pressão alta, e o chá de folha de maracujá melhorou seu estado.

Todas essas atuações ressaltam o papel da mulher e da sabedoria feminina na manutenção da saúde das comunidades, muitas vezes atingindo até mesmo pessoas de fora, que vêm procurar por seus conhecimentos, ou que estão visitando o local, e precisam de ajuda (SILIPRANDI, 2011). Portanto, as entrevistas reforçaram a importância dos saberes das mulheres para a vida em comunidade.

A décima pergunta foi para que as entrevistadas expressassem, em sua opinião, quais ações são importantes para a valorização do conhecimento tradicional feminino. Cláudia enfatizou que ter mais estudo, incentivo, pessoas para ajudar e orientar a valorizar o conhecimento feminino são ações importantes. Edna, por sua vez, entende que é importante resgatar as plantas medicinais, passando os reconhecimentos para as mulheres das comunidades.

Raimunda e Janete entendem ser importante estar sempre passando os conhecimentos para todas as pessoas. Maria Erimar ressalta a importância do auxílio externo para esse processo. Maria Ezimar lembra da necessidade de união para conservar o conhecimento, além de manter a plantação.

A manutenção dos saberes das mulheres sobre as plantas medicinais e seus conhecimentos tradicionais como um todo é um tema discutido na literatura, diante do risco de sua voz e seu discurso se perderem com o tempo (CARDOSO; RODRIGUES, 2009), conforme o seu papel é subestimado no meio científico e a industrialização coloca em xeque o seu modo de vida (PRÉVOST, 2019).

A invisibilidade das mulheres é uma das causas de seu lugar de fala ser retirado (PRÉVOST, 2019), o que ressaltam as falas das entrevistadas, que propõem união, apoio mútuo, transmissão dos conhecimentos e o reconhecimento, também, de fora, a fim de que o saber feminino seja de fato preservado.

A décima primeira pergunta foi para que as entrevistadas dissessem o que significa saúde para elas. Cláudia apontou que significa ter alimentação saudável, sem veneno. Edna disse que é viver em comunidade, é se alimentar bem, ter uma boa alimentação sem agrotóxicos,

as plantas cuidadas, dormir bem e um aconchego, se aproximando de uma definição mais ampla.

Janete definiu saúde como utilizar remédios caseiros e se alimentar bem com alimentos naturais. Maria Erimar definiu como o cuidado com o que se come, plantar tudo saudável para ter saúde, sem veneno, e se cuidar com os chás. Para Maria Ezimar, saúde é viver bem com união na comunidade, e comer sabendo que o alimento não vai fazer mal porque ele é natural. E Raimunda apontou que saúde é se alimentar bem.

Na literatura, há vários conceitos de saúde e do que é saudável, pois a saúde vai muito além da ausência de doença. A saúde, assim, envolve o bem-estar físico, mental e social, e alterações em qualquer um desses campos podem ser consideradas doenças. A saúde de uma população se baseia em uma série de fatores, sejam eles sociais, culturais, étnicos, econômicos, psicológicos e comportamentais. Assim, há diversos modelos que buscam avaliar a saúde coletiva de uma população, de modo a permitir ações na prevenção e na promoção de saúde (SCLIAR, 2007).

Algumas entrevistadas apontaram um conceito de saúde mais próximo do modelo tradicional, considerando apenas o aspecto biológico e de um meio ambiente adequado à vida que é oferecido ao indivíduo; outras, contudo, aproximaram-se do modelo adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), considerando diversos outros aspectos da vida (VASCONCELOS et al., 2020).

Por fim, a décima segunda pergunta foi sobre o que elas consideram como comunidade. Cláudia disse que comunidade é união, viver em harmonia, trabalhar junto para ter bons alimentos e para ter saúde. Edna definiu como união, fazer as coisas em conjunto, viver bem e amar o próximo.

Para Janete, comunidade é viver bem unido e trabalhar junto. Para Maria Erimar, comunidade é união e estar sempre unido para ser valorizado. Para Maria Ezimar, é um conjunto de família que vive em união, que trabalha junto, onde as pessoas vivem ajudando o outro. E para Raimunda, comunidade é viver bem unido, trabalhar junto, um local onde não se sente doente e tudo é bom.

Todas essas visões remetem ao conceito de comunidade evocado no capítulo anterior, promovendo a conectividade e o senso de pertencimento (MACHADO, 2018a), bem como prazeres, conforto e proteção (BAUMAN, 2003). Percebe-se, daí, o quanto a comunidade é importante para essas mulheres, e como a sua preservação é fundamental para o reconhecimento e a transmissão de seus saberes tradicionais.

A agroecologia se mostra como uma ferramenta importante nesse processo, possibilitando a preservação desse modo de vida e do meio ambiente, bem como a promoção da saúde nas comunidades. Os relatos trouxeram significação e exemplificaram o quanto essa atuação é importante e de como ela é fundamental para a emancipação da mulher e para o bem-estar de suas comunidades.

Conforme observado nas entrevistas, essas mulheres são agroextrativistas<sup>2</sup>, pequenas produtoras da agricultura familiar, responsáveis por plantar, colher e pescar seu alimento, que utilizam seus saberes tradicionais e experiências dos seus ancestrais para cuidar e promover saúde para seus familiares, preocupadas com a qualidade do alimento que consomem e que utilizam da floresta, sem a utilização de produtos químicos, preservando a biodiversidade, com práticas sustentáveis para garantir que suas futuras gerações utilizem esses recursos.

O extrativismo consiste na utilização econômica das plantas nativas pelas populações das comunidades locais. Ele se trata, deste modo, basicamente das atividades de coleta e de extração dos produtos naturais, que podem ser de origem animal, mineral ou vegetal. Nessa extração, os recursos úteis são coletados de forma direta da área em que eles ocorrem naturalmente, sendo utilizados para o consumo próprio, ou, ainda, para a comercialização (AQUINO et al., 2006).

Conforme as atividades se diversificam no meio rural, com a combinação de agricultura com o extrativismo, é caracterizado o agroextrativismo, sendo uma espécie de complemento ao extrativismo. Deste modo, a definição é que o agroextrativismo consiste na realização de atividade agrícola sustentável, com pequenos impactos ambientais e grande valor social, extraíndo os produtos nativos do campo. No Brasil, é estimado, apenas em florestas úmidas tropicais, que haja em torno de um milhão de famílias que praticam diversas atividades complementares para a sua sobrevivência (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Os produtos originais das diversas regiões, portanto, contribuem para a sobrevivência das famílias, que os cultivam sem grandes impactos, aproveitando sementes, raízes, frutas, folhas, flores, látex, cascas, resinas e óleos. Esses itens são utilizados para alimentação, artesanato, produção de utensílios, confecção de remédios, dentre outras atividades úteis para a comunidade, ou ainda sendo distribuídas comercialmente em feiras. São produtos, deste modo, que além de contribuir para que as comunidades tradicionais sobrevivam, muitas vezes acabam se convertendo em fonte de renda para aqueles que atuam no agroextrativismo (OLIVEIRA;

---

<sup>2</sup> Agroextrativismo é a realização de atividades agrícolas sustentáveis, com baixos impactos e elevado valor social na extração dos produtos do campo.

SCARITO, 2010). A Figura 3 demonstra essa realidade como observada na realização da pesquisa:

**Figura 3** - Dona Edna mostrando as cascas de mandioca que serviriam como adubo



Fonte: Arquivos da pesquisadora. Fotógrafa: Marcela da Silva Barbosa

Na região da Amazônia, muitos são os alimentos que fazem parte do agroextrativismo, cultivados tanto para a subsistência das comunidades, quanto para a exploração comercial,

podendo ser destacados o tucupi, o jambu, o guaraná, o buriti, o camu camu, o cará roxo, a pupunha, a tucumã, o açaí, o araçá e o bacuri, dentre vários outros (HOMMA, 2012).

Nessas comunidades agroextrativistas, uma vez ocorrendo o período da safra de cada espécie, é comum que as famílias de produtores rurais, de moradores de povoados ou, ainda, de regiões periféricas das cidades, concentrem a sua rotina nos afazeres do agroextrativismo, já que essa atividade garantirá o seu sustento e rendimento ao longo de um período do ano. Esses rendimentos muitas vezes são superiores aos rendimentos de suas outras atividades (FARIAS, 2010).

Muitas vezes, essas comunidades se organizam, constituindo associações ou mesmo cooperativas que se estruturam de modo a promover o benefício mútuo. Tais organizações têm a tarefa de processar e distribuir os frutos nativos, bem como quaisquer outros produtos provenientes da agricultura familiar. Deste modo, é possível melhorar o a renda que aferem os produtores, bem como promover uma melhor adequação da relação que é empreendida com o meio ambiente, evidenciando como a responsabilidade de cada um na tarefa de preservar o ambiente é capaz de resgatar a autoestima da população no que tange aos seus saberes tradicionais (OLIVEIRA; SCARITO, 2010).

Como apontam Aquino et al. (2006), muitas dessas cooperativas e associações têm conseguido, com o apoio de organizações não governamentais, centros de pesquisa e faculdades, realizar o processamento dos frutos nativos, com a fabricação de produtos de boa qualidade. Esses produtos vêm conquistando uma clientela a nível nacional, institucional, e, em certos exemplos, internacional.

O maior destaque, contudo, desse processo, é o fato de ele permitir que as comunidades se conscientizem a respeito do extrativismo sustentável. Esse modo de vida e de trabalho se diferencia do extrativismo predatório, sobretudo por não provocar a destruição das fontes de renovação do recurso natural que é explorado. Assim, são mantidos os processos ecológicos, diferente do que ocorre no extrativismo predatório, que promove grandes danos ao meio ambiente e reduzem a sua capacidade de renovação e regeneração (AQUINO et al., 2006).

Dentre as comunidades agroextrativistas da região amazônica, podem ser citadas a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas, a Coopertativa Agrofutífera dos Produtores de Uruará, a Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Bom Suspiro, a Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha do Município de Amatura, a Associação Comunitária Agroextrativista de Canumã, Cooperativa dos Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva, a Associação Agroextrativista Aripuanã/Guariba, a Associação dos Agroprodutores Extrativistas de Canutama, a Associação



dos Produtores Agroextrativistas Colônia do Sardinha e a Associação dos Produtores Rurais Extrativistas, dentre outras. Em Tefé, especificamente, pode ser citada a Cooperativa Agrícola Indígena Nova Esperança (BIONORTE, 2022).

Deste modo, tratam-se de práticas comuns na região e que, quanto mais multiplicadas, substituindo o extrativismo pelo agroextrativismo, mais promoverão a extração de forma sustentável, capaz de ser perpetuada pelas gerações, possibilitando, assim, a geração de renda para diversas famílias e, concomitantemente, a contribuição para que seja conservado o bioma e ocorrer a extração, com a proteção da diversidade de plantas e animais, bem como das nascentes, dos cursos d'água e da riqueza cultural dos povos (OLIVEIRA; SCARITO, 2010).

Além de agroextrativistas, essas mulheres também sobrevivem realizando a agricultura familiar. Esse tipo de agricultura é o maior responsável pelos alimentos que são produzidos no território Brasil e são distribuídos para o consumo por sua população. A agricultura familiar é caracterizada pela constituição por pequenos produtores rurais, bem como povos e comunidades de costumes tradicionais, ou ainda de famílias de assentamentos dentro do contexto da reforma agrária, de silvicultores, de aquicultores, de extrativistas e de pescadores. Dentre os principais produtos da agricultura familiar no Brasil, destacam-se raiz de mandioca, feijão, arroz, olerícolas, trigo, café, mamona, hortaliças, floricultura, cana, milho, pecuária leiteira, ovinos, gado de corte, caprinos, suínos e aves (OLIVEIRA; SCARITO, 2010).

A gestão das propriedades, nesse tipo de agricultura, se dá de forma compartilhada por toda a família. A sua produção agropecuária consiste na fonte de renda principal do núcleo familiar. A relação do agricultor com a terra, por sua vez, vai muito além do extrativismo, já que ela representa a sua moradia e um forte elemento cultural. O setor também se destaca pela diversidade produtiva, com produção tanto para o mercado quanto para a subsistência (PRIMAVESI, 2006).

Existe, no Brasil, legislação própria para uma Política Nacional da Agricultura Familiar, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Essa lei traz a definição de agricultor familiar em seu art. 3º:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:  
I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;  
II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;  
III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;  
IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

Essas características, em geral, são observadas nas mulheres entrevistadas no presente estudo, e são características comuns no Brasil. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais do país, 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil consistem em agricultura familiar. Trata-se de uma área de 80,9 milhões de hectares, sendo 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). A Figura 4 mostra as entrevistadas, uma série de mulheres extrativistas, agricultoras e líderes na sua comunidade, atuando como articuladoras na agricultura familiar:

**Figura 4** - Entrevistadas pela pesquisa: mulheres extrativistas, agricultoras e líderes na sua comunidade, atuando como articuladoras na agricultura familiar



Fonte: Arquivos da pesquisadora. Fotógrafa: Marcela da Silva Barbosa.

Na linha de cima, da esquerda para direita: Edna Rocha Lopes, 48 anos; Raimunda Xavier, 92 anos; Janete Xavier, 38 anos (comunidade Bom Jesus). Na linha de baixo, da esquerda para direita, Cláudia Xavier Neta, 48 anos; Maria Erimar Rocha Lopes, 54 anos e Maria Ezimar Rocha Lopes, 51 anos, (comunidade São Francisco do Bauana).

## 2.2 Comunidade ribeirinha: comunidades da Flona

A comunidade é um elemento com profunda relação com diversos aspectos da vida e da experiência humana. Trata-se de uma construção coletiva voltada para o bem comum, de acordo

com as necessidades dos indivíduos em vários aspectos, como conforto, subsistência e segurança. A comunidade também promove um senso de pertencimento, de conectividade do indivíduo com um local e um povo (MACHADO, 2018a).

Conforme Bauman (2003), o termo comunidade tem relação com companhia e é evocado como algo bom nos mais diversos contextos. Em geral, a comunidade promete prazeres, conforto e proteção. Trata-se de um local aconchegante, um abrigo que está distante dos perigos do mundo selvagem e sem regras. Deste modo, permite à comunidade relaxar e baixar a guarda.

A comunidade, deste modo, é um espaço de entendimento e de confiança. Nela, todos podem dialogar e se compreender, e todos podem confiar. Não há estranhos, mas sim pessoas que se conhecem, que compartilham experiências e que se auxiliam e protegem mutuamente. Mesmo quando há discordância, a resolução é de forma pacífica, amigável. Ninguém na comunidade deseja o mal ou o azar para o outro, ao menos em teoria (BAUMAN, 2003).

O conceito de comunidade envolve um grupo que se reúne e organiza de modo a buscar o bem-estar geral, com ações coletivas, visando à preservação do meio em que todos se inserem. Assim, esse saber comunitário tende a ser norteador pela valorização dos conhecimentos tradicionais, mesmo em um contexto contemporâneo. A agroecologia envolve a retomada desses conhecimentos, com posição de destaque da mulher nesses processos (MACHADO, 2018b).

A vivência, nas comunidades, se dá em prol da coletividade. A individualidade ainda existe, de fato, mas em razão das necessidades quanto à sobrevivência, as ações são orientadas em prol da solidariedade, propiciando a união das pessoas. A comunidade, deste modo, consiste em um núcleo que “ocupa de las ambivalências actuales do individualismo moderno, signado pela la tension mencionada entre segurid e libertad” (CARRILHO, 2014, p. 93).

A boa vontade dos indivíduos, portanto, tem profunda relação com a vida na comunidade, e com a atenção às necessidades de todos. Se há algum acidente, situação de vulnerabilidade, ou mesmo tristeza, sempre há indivíduos que podem se auxiliar mutuamente. Se erros são cometidos, é possível se desculpar e retomar os laços a fim de seguir adiante. O dever assumido na comunidade é a de ajuda mútua contínua (BAUMAN, 2003).

A despeito desse dever, as comunidades também possuem e enfatizam um nível de liberdade. Assim, nesses espaços, todos podem desfrutar do bem comum. A própria segurança oferecida pela comunidade favorece o exercício dessa liberdade, ainda que haja, de certo modo, contradições, já que se espera que cada indivíduo assuma um papel social, e, por isso, a sua liberdade é limitada pelas próprias demandas da comunidade (MACHADO, 2018a).

Dentro da vida comunitária, o viver comum e a participação feminina levam a uma democratização e à busca pela atenção aos direitos humanos universais. Por outro lado, as comunidades se veem em risco dentro de um cenário que busca a privatização e a atenção aos interesses do capitalismo, ameaçando os direitos humanos e a dignidade das pessoas, sobretudo as mulheres (MACHADO, 2018a).

A comunidade, de todo modo, possui relação com o modo de vida de pequenos grupos não urbanos, e hoje é um conceito distante nas grandes capitais (BAUMAN, 2003). Contudo, é um tópico de grande presença no meio rural, ou ainda em pequenos povoados, nos quais uma rede de apoio se constrói, e é esperado que cada um assuma um específico papel social em prol da coletividade. As mulheres mais velhas, por exemplos, são responsáveis por transmitir seus conhecimentos, a exemplo de Dona Raimunda (Figura 2).

Da experiência vivenciada nessas comunidades, foi possível identificar que, apesar das dificuldades vividas por essas mulheres, elas insistem em viver em união, se ajudando, mantendo os costumes dos seus ancestrais, buscando da floresta e de seu hábitat os recursos para alimentar e cuidar da saúde da coletividade. É perceptível que elas se sentem seguras na comunidade, e que elas se tratam como uma grande família. Elas sempre se ajudam, e tudo é feito com união.

Dona Raimunda chega a comentar que *ela não gosta de sair de lá, e que quando ela precisa ir para a cidade para realizar exames, ela fica muito ansiosa para voltar à comunidade*, para tomar os chás das ervas plantadas em seu quintal e cuidar das suas plantas. Elas se sentem mais seguras pelo fato de as comunidades serem áreas de conservação. O ambiente lhes traz paz, como o canto dos pássaros, o som do vento nas folhas e toda a calma da região. É o lugar em que elas se sentem em casa e onde estão as pessoas em quem elas podem confiar.

**Figura 5** - Dona Raimunda, a mulher mais velha da comunidade Bom Jesus, responsável por transmitir os conhecimentos



Fonte: Arquivos da pesquisadora. Fotógrafa: Marcela da Silva Barbosa

### **2.3 As mulheres nas comunidades tradicionais da Flona e a relação com princípios da agroecologia**

De acordo com Machado e Andrade (2018), tradicionalmente, as funções que as mulheres assumem nas comunidades tradicionais são tidas como inerentes à figura feminina, como uma ordem natural das coisas. Assim, seguir as funções domésticas é o trajeto natural a ser seguido desde muito novas, impedindo-as de exercerem papéis que são direcionados aos homens de maneira geral.

Segundo Siliprandi (2011), saúde e alimentação são temas que aparecem como elementos importantes nos movimentos de mulheres para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável no meio rural, baseado em formas familiares de produção. Pode-se perceber que existe a preocupação em desenvolver uma relação sustentável no meio em que vivem, com o objetivo de melhorar as condições de sobrevivência das famílias da comunidade.

Em busca de afirmação de suas identidades, as mulheres empreenderam lutas, no campo e nas cidades, de modo a ocuparem os espaços a que têm direito, sendo protagonistas no processo decisório, inclusive no campo político, tendo condição de se protegerem de violências sofridas.

O conhecimento e a sabedoria femininos são antigos na história humana, com exemplo em várias civilizações sobre curandeiras, parteiras e outras mulheres dedicadas ao cuidado com o outro. Deste modo, tal situação é expressa em sua trajetória de vida, a despeito do que a mulher representa para a sua comunidade. O tempo tem demonstrado às diversas culturas humanas o acúmulo de conhecimentos dessas mulheres no trabalho no campo e no cuidado com o próximo e por isso é fundamental a realização de um trabalho de pesquisa que evoque essa sabedoria e auxilie na emancipação dessas mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Conforme Carlón (2021), as mulheres exercem, nas diversas sociedades, um papel duplo, atuando tanto na geração de discursos alternativos e na agricultura quanto na alimentação. Isso pode ser observado pela revisão crítica acerca de sua história. Elas atuam como protagonistas em diversas experiências, impactando também na soberania alimentar e na agroecologia.

A soberania alimentar, de fato, é um tema que promove um debate que se expande para outras discussões, com enfoques políticos e sobre diversas práticas sociais nos campos social, político, econômico e cultural. Trata-se de um tópico de grande relevância política,

referenciando a atuação de vários sujeitos políticos e movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo (CARLÓN, 2021).

Ainda, conforme Carlón (2021), a análise sobre esses movimentos sociais e articulações, tanto nacionais quanto internacionais, permite identificar o conceito da soberania alimentar, sobretudo na atuação de mulheres camponesas, evidenciando as questões de gênero e amplificando o debate.

Aponta Jalil (2009) que as mulheres representam 47,8% da população rural no Brasil, quase metade do total. Contudo, apenas 16% delas são proprietárias titulares das terras em que vivem. Isso demonstra os desafios em promover o seu protagonismo no meio rural.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a documentação também é pouco comum no meio rural, de modo que em 40% dos casos nenhum documento sobre a propriedade existe. Desse contingente sem documentação, 60% é composto por mulheres que conduzem suas propriedades. Essas mulheres, portanto, não têm acesso ao crédito e a seus direitos sociais, ou à previdência. Era um total de 15 milhões de mulheres, sem acesso cidadão a despeito de sua condição de camponesa, agricultora familiar, trabalhadora rural ou quilombola (JALIL, 2009).

Conforme o estudo de Machado (2016), confeccionado de modo a socializar uma experiência construída com base na discussão da análise feminista, somada ao conceito de mulheres, educação e formação, abordou as atividades “Educação das Mulheres” do Curso de Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Tefé em forma de uma pesquisa-ação.

Uma percepção de todo esse percurso é que o poder não é sinônimo de masculinidade e que, chegar ao poder, não depende de abrir mão da feminilidade. Pelo contrário, o poder deve também ser enxergado pela ótica feminina. As mulheres, assumindo o protagonismo no exercício de seus papéis, poderão exercer suas escolhas dentro de sociedades justas e igualitárias, sem distinções de qualquer tipo, inclusive de gênero (MACHADO, 2016).

As mulheres, participando de eventos, sentem prazer em participar, deixando a rotina do ambiente doméstico e tomando parte nas decisões. Superando os momentos iniciais de discursos tímidos, elas passam a se articular, a expor sua visão de mundo e a lutar pelas transformações que visem a proteger os seus direitos e atender aos seus anseios (MACHADO, 2018a).

Há, deste modo, a necessidade de um movimento de integração, baseada na perspectiva feminista, que foque na soberania alimentar, reconhecendo e valorizando o papel da mulher na alimentação e na agricultura. Conforme as mulheres tenham seu lugar de fala reconhecido e

possam ser protagonistas de suas próprias histórias, elas se reconhecerão (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

O debate a respeito do papel das mulheres na soberania alimentar também promove a discussão a respeito dos modelos produtivos. Os modelos camponeses, mais voltados para a preservação dos recursos naturais e para o consumo consciente, ganham força nesse cenário, e eles são a base para uma soberania alimentar (CARLÓN, 2021).

A discussão sobre a posição da mulher nas comunidades tradicionais, portanto, conduz a um debate a respeito da agroecologia, bem como da importância do conhecimento da mulher sobre a natureza. O apelo, em algumas comunidades, aos valores coletivos e à recuperação do papel da mulher como protagonista nesses processos possibilita uma discussão alinhada à reorientação das políticas alimentares, tendo como foco, principalmente, os interesses dos povos.



### 3. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SAÚDE EM COMUNIDADE

#### 3.1 A cura da floresta

As práticas de saúde são um ponto fundamental a ser analisado conforme as visitas e entrevistas realizadas na pesquisa de campo. A princípio, é importante apontar que há dificuldades de acesso a saúde dessas populações nas comunidades. Trata-se de um cenário em que não há unidades de saúde nas comunidades, e a atuação de profissionais de saúde, sejam eles médicos, enfermeiros, dentistas e outros, é esporádica (ICMBIO, 2014). Muito embora nem sempre essa seja a motivação para a adoção de práticas tradicionais – em muitos centros urbanos essas práticas são adotadas, mesmo havendo significativa assistência pública e/ou privada –, é um elemento importante a ser considerado.

O cenário do sistema de saúde para as comunidades no interior do Amazonas é precário, conforme verificado pelo ICMBio na Floresta Nacional de Tefé (FLONA/Tefé), que é também a região desta pesquisa. Não há médicos em quantidades suficientes, ou ainda devidamente especializados. Também se observa carência de equipamentos adequados para o tratamento de doenças, de modo que as enfermidades mais corriqueiras são tratadas na própria comunidade a partir da utilização dos conhecimentos tradicionais quanto aos recursos locais (ICMBIO, 2014).

Para acessar os serviços de saúde, em geral, os indivíduos geralmente se deslocam em pequenas embarcações, mais especificamente utilizando canoas, para realizarem atendimentos na cidade de Tefé. Isso é algo que se revela, ainda que de forma indireta, nas entrevistas realizadas, como, por exemplo, na de Janete, que relatou que em sua comunidade a agente de saúde demora a passar, e a comunidade fica desassistida por muito tempo.

E, como já exposto pela literatura, a mesma situação se repete: os problemas de saúde são solucionados com os remédios caseiros, usando os conhecimentos tradicionais, conforme as práticas de saúde transmitidas por gerações, focando nos princípios agroecológicos para a produção dos medicamentos.

Isso se observa, por exemplo, no trabalho de Krenak (2020), que aponta que a humanidade, longe de ser uma comunidade e uma colaboração em busca do bem comum, é um clube exclusivo, direcionado apenas para uma minoria, sendo muito excludente com todas as outras pessoas que são tidas como sub-humanas, à margem da sociedade e sem atenção aos seus direitos.

Conforme o autor, essa casta mais alta que usufrui das benesses da civilização afeta profundamente o planeta, promovendo a poluição e a utilização desacerbada dos recursos naturais. Ela também existe num cenário de concentração de riquezas, tendo o progresso como seu objetivo final. Conforme os recursos vão se exaurindo, as suas ações terão consequências pesadas, já que suas riquezas não são capazes de alimentar (KRENAK, 2020).

E isso invariavelmente afeta a saúde dos outros. Mas para essa análise é preciso, a princípio, discutir o conceito de saúde, que envolve o bem-estar físico, mental e social, e alterações em qualquer um desses campos podem ser consideradas doenças. Esse é bem amplo, afinal, as pessoas passam diariamente por situações que afetam o seu bem-estar, seja ele físico, mental ou social, de modo que não estejam plenamente saudáveis. Pequenos dissabores, um cansaço e dores após intensa atividade física ou longos festejos, etc; inúmeras situações impedem o completo estado de bem-estar físico, mental e social (VASCONCELOS et al., 2020).

É possível promover, deste modo, uma reflexão a respeito do significado da vida e de como a sociedade contemporânea é instituída. A vida vai muito além do significado apresentado nos dicionários, podendo assumir inúmeros sentidos e não cabendo uma visão reducionista sobre ela.

A esse respeito:

Diga-se ainda da importância, na atualidade, do resgate ou da revitalização desses saberes – antes, particularidade das comunidades rurais tradicionais, das classes sociais empobrecidas e marginalizadas; na atualidade, com o processo agressivo de urbanização, mecanização da terra e de seus elementos, de industrialização dos alimentos e de interferências preconceituosas sobre memórias bioculturais, cresce assustadoramente o adoecimento em massa, portanto, a tendência das práticas naturais de cuidados, embora silenciadas, é atingir também em nível de assistência, até mesmo classes sociais defensoras do modelo biomédico, haja vista a vulnerabilidade em que se encontra o mundo (GUEDES, 2022, p. 40).

Certos eventos são capazes de demonstrar que a civilização e o conceito de vida contemporânea são frágeis e podem ser ameaçados, mesmo sem que haja, para isso, conflitos militares. Um exemplo é a pandemia de Covid-19, que se disseminou por todo o mundo, provocou milhões de mortes e afetou severamente o estilo de vida adotado na sociedade (KRENAK, 2020).

A pandemia não só demonstrou a fragilidade das instituições e do estilo de vida contemporâneo, mas também se apresentou como uma janela de oportunidade para que haja transformações sociais. Conforme Krenak (2020), trata-se de uma oportunidade de rever o

modo de vida e de consumo, o que coincide com a agroecologia e com os saberes das mulheres da floresta.

Para as comunidades analisadas no estudo, saúde não é apenas ausência da doença, e se aproxima dessa visão holística, DE FLORESTA COMO CURA, que também norteia a saúde pública no Brasil, representada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A rede do SUS teve seus conceitos determinados pela lei de sua organização, criada na década de 1990, fundamentada no art. 98 da Constituição Federal de 1988.

Tais conceitos de universalidade, de integralidade e de equidade na atenção em saúde são, na maioria das ocasiões, denominados de doutrinas e ideologias, e os conceitos da descentralização, da regionalização e da hierarquização denominados conceitos relativos à organização (BRASIL, 1988).

O que conduziu os responsáveis para a formação desta constituição a recomendarem essa renovação foi a unanimidade no meio social quanto ao pleno despropósito e desarmonia da rede de saúde, definidos por características como o cenário cheio de patologias de todos os gêneros vinculados pelo grau de crescimento ou nível em que se encontrava a sociedade e economia do Brasil, e o fato de que o antigo sistema de saúde não tinha capacidade de confrontar com as demandas apresentadas (BRASIL, 1990).

Havia, assim, uma reduzida cobertura e oferta de assistência à população, com determinadas comunidades simplesmente ignoradas pelos responsáveis pela prestação de serviços, em particular os lugares menos favorecidos e carentes nas localidades mais pobres. Deste modo, a Constituição Federal de 1988 atuou na garantia do acesso universal e gratuito à saúde para todos os brasileiros, o que se materializou por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e projetou a saúde entre os direitos fundamentais de todo indivíduo (BRASIL, 1988).

Isso fomentou o estabelecimento de todo um sistema público de saúde, que hoje está em vigor no Brasil em todo o seu território. A Atenção Primária em Saúde se insere nesse sistema, oferecendo aos usuários o atendimento básico, em unidades localizadas perto de suas residências, principalmente para atenção e acompanhamento (BRASIL, 1990).

Na saúde, portanto, os usuários são entendidos como sujeitos ativos que buscam os cuidados ofertados. E o Estado, por sua vez, atua como sujeito passivo, oferecendo esses cuidados. Por isso, e dentro da concepção de humanização na saúde, o atendimento deve superar o modelo biomédico, e atentar também para a saúde mental do paciente, para o reconhecimento de sua autonomia e a redução do risco de doença e outros agravos que possam ser identificados (BRASIL, 1990).

Dentre os princípios organizativos do SUS, está a regionalização, de modo a garantir a acessibilidade dos cidadãos ao sistema, que deve acontecer por intermédio dos atendimentos básicos de cuidado, conforme as capacitações necessárias para realizar este atendimento e solucionar as dificuldades essenciais que se exigem na prestação de serviços relacionados à saúde.

O sistema geral de prestação de serviços, disposto de maneira hierárquica e localizada, tende a viabilizar uma amplitude muito maior das dificuldades na área de saúde das pessoas de determinada região, beneficiando atividades de monitoramento e estudo de patologias, higienização, educação em saúde, entre outros problemas em todos os graus de dificuldade.

As atividades na área de saúde, assim, são segmentadas em graus de dificuldade; o primeiro grau, e mais básico deve ser proporcionado abertamente a todo cidadão, ao passo que os graus mais avançados devem ser disponibilizados somente quando preciso (BRASIL, 1990).

Todos esses pressupostos apontam que o sistema sanitário é organizado de modo a garantir o acesso à saúde a todas as camadas da população, ao menos em teoria. De todo modo, essa não foi a realidade observada na pesquisa de campo. Pelo contrário, as mulheres entrevistadas expuseram um cenário de descaso por parte do Poder Público para com suas comunidades.

Inclusive, a marginalização da maioria da população, sem acesso aos mesmos recursos de que dispõem as elites, a deixa em desigualdade no enfrentamento de crises sanitárias, como a pandemia de Covid 19 e outras epidemias. O Poder Público deixa a população, em certo grau, à mercê da morte pela doença, sem oferecer políticas que a proteja, tanto com o isolamento social quanto com a oferta de tratamento intensivo, quando necessário.

Essas comunidades são orientadas, deste modo, com o foco na coletividade, respeitando principalmente a vida, mas também a dignidade humana e a natureza. Sem a atenção adequada em saúde por parte do Poder Público, essas mulheres contam unicamente com seus saberes tradicionais para o cuidado com si mesmas e com suas comunidades.

Como apontam Strachulski, Silva e Floriani (2021, p. 331), a respeito dos conhecimentos tradicionais:

Devido à necessidade de uma relação equilibrada com a floresta os povos indígenas desenvolveram processos ritualísticos de cura, como benzimentos, chás, banhos e outros, tendo como instrumentos de cura as espécies vegetais. Seus rituais e sua magia conectam-nos a fonte da vida – a terra, território – e combatem seus agentes perniciosos (materiais e espirituais) quando necessário e a ela se mesclam em um tácito conluio.

Esses saberes são oriundos de um corpo de conhecimento local, a sabedoria sobre como as crenças, práticas e conhecimentos se inter-relacionam. “Os saberes popular/tradicionais de saúde se enquadram em um universo/diverso de expressividades culturais, às vezes, indecifráveis até mesmo entre os códigos da medicina acadêmica” (GUEDES, 2022, p. 39).

As relações dos indivíduos com a natureza são a fonte de onde emergem esses saberes. As plantas e ervas medicinais assumem protagonismo no processo de cura nas comunidades tradicionais, assim como em seu dia-a-dia, em seus rituais e em sua alimentação (DIAS; CAETANO, 2021).

Isso é revelado também em registros na literatura, como em uma entrevista com um habitante de uma comunidade de Parintins/AM, referenciado como Zé Guerreiro da Casa das Ervas: “Nossos produtos são preparados através das experiências e saberes de nossos ancestrais. Eles não tinham químicos. A química deles era a observação da natureza e a iluminação dos Espíritos da Cura. Era assim que eles se tratavam e viviam bem” (GUEDES, 2022, p. 79).

Cada um, nesse meio, assume um papel de acordo com a organização da comunidade, com a sua cosmovisão e com a necessidade de inter-relações e de disseminar os seus conhecimentos tradicionais. Assim, conforme esses papéis assumidos e essa organização social:

O cacique sabe que a ele foi dado a responsabilidade de conduzir e zelar pelo bem viver do povo. Ao pajé cabe a responsabilidade de ser o médico da nação e proceder com a cura física e espiritual. As mulheres são as guardiãs dos saberes ancestrais e educadoras, os jovens tornam-se guerreiros, as crianças se esforçam na aprendizagem do cotidiano e a vida segue sem pressa e sem tempo de relógio sempre obedecendo o rio e sua ciência (KAMBEBA, 2020, p. 14).

Nesse meio, a mulher possui uma posição de destaque: “Uma outra coisa que eu quero dizer: a mulher cuida melhor do meio ambiente. Ela vê ali o futuro da família dela, dos filhos... A mulher tem essa preocupação porque ela sabe que é da terra que vem o alimento e a saúde de sua família” (GUEDES, 2022, p. 82).

O modo de vida nessas comunidades é bastante integrado com a natureza, buscando dela tudo extrair sem prejudicar os seus ciclos e processos. O contato com a terra, com a água e com os outros elementos é constante, e a vida é pautada por meio desse contato, sejam brincadeiras na chuva e na lama, nadar no rio, colher ervas e frutos e ouvir o canto dos pássaros (KAMBEBA, 2020).

Ainda, o conceito de “cura” e do uso dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas perpassa a situação de saúde e doença, mas a práticas sociais como um todo, englobando uma série de ações e costumes ao longo da vivência no seio da comunidade. Sobre este ponto:

As práticas de cura biológicas ocorrem principalmente por meio de chás, mas também maceração e xarope, principalmente a partir de partes como folha, casca e raiz. Entretanto, em alguns momentos, como no falecimento de um indígena, as práticas simbólicas se fazem vivas, como o benzimento com urucum (*Bixa orellana L.*) para desprender o espírito do morto (STRACHULSKI; SILVA; FLORIANI, 2021, p. 332).

As entrevistadas nesta pesquisa se inserem nesse contexto de grande imersão no meio natural, floresta, rios e isso se revela em suas falas e vivências, como também na importância que elas dão para os conhecimentos sobre a natureza e quanto ao trabalho agroecológico, sem impactar de forma negativa no meio ambiente.

Por outro lado, embora as atividades e conhecimentos dessas mulheres sejam conceituados nos campos de estudos como agroecologia, elas não usam esse termo. Quando falam sobre a floresta e sobre sua comunidade, relacionam essa vivência à cura. Conforme atesta Dona Raimunda em sua entrevista, *a floresta me cura e na floresta tem tudo para a cura*.

E isso faz parte da herança cultural desses povos, como aponta Kambeba (2020, p. 62):

Esse foi o legado deixado a nós pelos primeiros habitantes dessa terra os povos indígenas. Cuidar do solo, da natureza, retirar dela o necessário para a sobrevivência entendendo que o respeito deve ser mútuo. O equilíbrio da terra depende em grande parte de nossas ações e reações, portanto de nosso equilíbrio.

O que promove a saúde nas comunidades, esse conceito de cura, não é uma cura que está ligada a remédios de farmácia, à medicalização, mas sim à cura que está presente na floresta. É quase uma cosmovisão, que é a ideia que as populações tradicionais têm de que tudo naquele território é cura: o pajé, as anciãs, o rio, as árvores, o ambiente como um todo.

A cura, deste modo, assume um sentido da saúde não só como ausência de doença, mas também no equilíbrio entre o organismo e no contato com o ambiente dessas mulheres, que é a floresta. O conceito de saúde, para elas, é “viver bem”, é o bem viver em harmonia com a natureza. Elas não costumam gostar de sair da floresta, e como uma delas relata na entrevista, *fica muito ansiosa para voltar para a comunidade*. Assim, suas práticas de saúde são manifestadas em sua visão de mundo.

### 3.2 A cosmovisão da floresta como cura

(...) *a floresta me cura e na floresta tem tudo para a cura.*  
Dona Raimunda em sua entrevista

A visão da floresta como um ambiente curativo, praticamente ontológico, é intrínseca a essas comunidades, e muitas vezes perpassa o que alguém que não veio desses lugares é capaz de vislumbrar. Trata-se de toda uma cosmovisão, uma percepção de mundo que confere à floresta o poder curativo, o poder de curar o corpo e a alma, de trazer paz, de fazer com que essas pessoas se sintam acolhidas, em casa.

A floresta, na visão desses povos, tem a saúde e a oferta às pessoas. Isso ocorre tanto por suas condições físicas, como o ar puro, as plantas e os animais, como pelo que ela representa no campo espiritual. Assim, ela é capaz de transmitir força, de proporcionar sanidade e de promover a paz de espírito. Na floresta, o membro da comunidade é capaz de transcender a outro nível no campo espiritual (STRACHULSKI; SILVA; FLORIANI, 2021).

Essa visão é contrária à visão urbano/capitalista, em que a floresta é vista como uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados, mas é também vista como um perigo a ser combatido, um lugar escuro, de morte, selvagem, bruto e um lugar de carencia e pobreza, atrasado, que precisa ser civilizado (KRENAK, 2020). Em contraposição, não é o que se observa no dia-a-dia dessas comunidades.

As rotinas vividas na floresta dão significado às vidas dessas pessoas, e permitem-lhes garantir a saúde e lhes curar a alma. Eventos corriqueiros e frequentes, como o banho de rio, o passeio de canoa, a preparação da refeição comunitária, o café-da-manhã coletivo e, especialmente, o silêncio contemplativo, ouvindo e sentindo a floresta e tudo o que ela representa (KAMBEBA, 2020).

Para quem não é originário da floresta, pode ser difícil compreender o significado desse tipo de ambiente dentro dessa cosmovisão, como também o papel dos conhecimentos tradicionais, já que a cultura e ciência majoritárias parecem assumir um monopólio do saber, tirando a importância e a credibilidade de outras culturas e conhecimentos.

Contudo, uma vez se compreendendo que a universidade e cidade não detêm esse monopólio do saber, é possível absorver sem preconceito essa outra visão de mundo, baseada nos conhecimentos e vivências de comunidades tradicionais (DIAS; CAETANO, 2021). Dar esse passo e contemplar essa realidade é um momento importante na construção do presente estudo, compreendendo de fato a cosmovisão da floresta como cura.

Deste modo:

[...] é fundamental para enxergamos possibilidades além das que fomos formados e condicionados a pensar. Esses povos e comunidades, por meio de saberes que são milenares, construíram suas existências e mantêm práticas cotidianas que são contrárias à lógica capitalista, tendo por base a produção associada, a autogestão e a agroecologia (DIAS; CAETANO, 2021, p. 2634).

Observa-se, assim, a contraposição entre o modelo capitalista, que extrai da floresta e a destrói, e os conhecimentos tradicionais, alinhados à harmonia com a floresta e sua manutenção. A lógica do lucro e da apropriação privada de recursos sociais se contrapõe, por assim, à lógica da comunidade, da agroecologia e das mulheres de populações tradicionais. A lógica do lucro promove a hegemonia de um sistema de que sua vez destrói o ambiente (e particularmente a floresta) e desvaloriza os sistemas tradicionais de produção de conhecimento (seja da saúde, de produção agrícola, de preservação ambiental, etc.). O lucro destrói a floresta com monocultura, biopirataria e apropriação privada dos recursos naturais. O capitalismo mata a floresta.

Ainda, o poder da cura nas culturas indígenas está em muitos elementos que compõem a floresta, não apenas nas plantas, o que se representa pelo conhecimento tradicional das mulheres e na agroecologia. Pelo contrário, a água também se destaca por curar, e os rios são componente fundamental dessa cosmovisão. Assim, diversos rituais que envolvem a água são realizados em todas as fases da vida, desde a mais tenra infância até a velhice (KAMBEBA, 2020).

Assim como essa visão de mundo oriunda da floresta pode representar estranheza para quem não está acostumado com ela, os costumes ocidentais, que advêm do meio urbano, como também a sua visão mecanicista do ambiente e da prática da cura podem ser difíceis de serem interiorizados por quem vem de comunidades tradicionais. Conforme Kambeba (2020, p. 63):

Respeitar a cultura do outro, deve ser também uma constante na vida de todos os que vivem na cidade e na aldeia, pois, compreende-se que identidade não se perde com a saída do indivíduo de seu lugar (aldeia), ele é e será sempre o mesmo com ou sem aldeia, vivendo na cidade, comendo com garfo e faca, vestindo terno e gravata porque seu ser é carregado de memórias e representações identitárias.

Esse também foi um traço que se revelou da pesquisa de campo, especialmente no que tange às práticas de saúde, situação em que foi majoritária a cosmovisão da floresta como fonte da cura. E, quando se fala em cura, neste caso, trata-se dela de todas as suas formas, em todos os seus níveis: tanto a cura de doenças, como o bem-estar e a cura da alma.

A floresta, deste modo, é uma entidade dentro de uma visão panteísta. Trata-se de uma cosmovisão em que cada componente da floresta, seja uma planta, um animal ou mesmo uma rocha ou um rio, possui um espírito. O ser humano é fortemente influenciado pela ação desses espíritos, e deve buscar harmonia com eles, já que a doença e a cura fazem parte de todo esse contexto.

Na cosmovisão indígena a Terra com tudo que existe nela, seja visível ou não, palpável ou não, sentido ou percebido, integra o mesmo conjunto, logo a ação que



nela ocorre possui repercussão no todo. Desse modo, as plantas não são meros objetos ou coisas, elas encontram-se com uma utilidade, um propósito ou sentido, o qual é compreendido em decorrência das experiências e da relação estabelecida como explicação à própria vida (STRACHULSKI; SILVA; FLORIANI, 2021, p. 337).

Conforme, ainda, Strachulski, Silva e Floriani (2021), trata-se de um campo conhecido como etnoconhecimentos. Esse campo de estudos se baseia na concepção de que há representações tanto físicas quanto espirituais para a doença e a saúde. O tratamento não deve considerar unicamente os sintomas físicos e a dor percebida pelo paciente, mas sim todo o contexto, tudo o que envolve o indivíduo, como as relações que ele estabelece com o meio e com os outros, o trabalho que ele desempenha e o local em que ele habita.

Mesmo quando não estão em seu meio, na floresta, as pessoas que cresceram nesse ambiente e que possuem essa cosmovisão buscam se conectar e tratar o binômio saúde-doença com essa base panteísta. Kambeba (2020), por exemplo, relata que viagens anuais para Belém do Solimões como forma de manter a conexão e buscar a cura na floresta. Até as histórias contadas numa roda de conversa, hábito tradicional, é uma prática que a ajuda a se reconectar com a floresta.

Essa oralidade, esses momentos de conversas durante as rotinas da comunidade, são definidos por Dias e Caetano (2021) como a principal forma de compartilhamento dos conhecimentos tradicionais, da própria cosmovisão da floresta como fonte de cura e da importância do campo espiritual no processo saúde-doença: são as escolas e universidades das comunidades.

Deste modo, observa-se que o papel da interação com o meio e com os outros se revela e se solidifica duplamente nesse processo: o conhecimento tradicional é reforçado pelo diálogo entre as pessoas, e o próprio diálogo em si provoca bem-estar nos indivíduos e cura suas almas, confirmando a importância do campo espiritual dentro de sua visão de mundo e saúde.

O conhecimento sobre a natureza ganha outra dimensão diante dessa cosmovisão da floresta como fonte de cura. Como aponta Kambeba (2020, p. 62):

O território é o lugar onde se tem uma rede de relações envolvendo saberes: econômico, sociocultural, político e por isso é sagrado. A natureza é mãe e nos alimenta, por isso, há por parte das populações indígenas e dos que vivem às margens dos rios uma preocupação quanto ao tratamento que se está dando a esse recurso preciso a humanidade. Pensar a natureza de forma sustentável é uma prática há séculos executada pelos povos da terra.

A agroecologia, diante dessa visão de mundo, assume uma nova faceta: não se trata apenas de ter uma relação saudável com a natureza como forma de produzir de forma sustentável e de evitar o esgotamento dos recursos. Pelo contrário, a relação saudável é

fundamental já que é preciso harmonia com todos os espíritos, obtendo a saúde física e espiritual. Um exemplo desse contato com a natureza e desse respeito aos recursos oferecidos por ela é a produção de mel com abelhas nativas da floresta (Figura 5).

Conforme Strachulski, Silva e Floriani (2021, p. 337-338):

A terra e seus elementos visíveis da superfície seriam apenas uma parte da realidade. A materialidade das plantas, o seu contato com a terra, representa uma fração de sua potencialidade. Seu significado vai além do que se vê, são suas valências ocultas que as tornam fundamentais para os indígenas na relação com a terra, o território, e seus demais elementos, pois tudo está integrado e nada ocorre por obra do acaso. As plantas, assim, se conectam e possuem interdependência com os animais, a terra, a água, os espíritos, a floresta em si, e com os indígenas, que delas dependem para seu bem-estar físico e espiritual.

Alguns comportamentos, como o nomadismo, também são compreendidos dentro desse contexto, como expõe Kambéba (2020). A mudança de lugar não é apenas pelo esgotamento de nutrientes do solo, mas compreendendo a necessidade da floresta de se curar, e a busca por outro ponto no qual os espíritos sejam favoráveis ao estabelecimento do povoado.

**Figura 6** - Produção de mel na comunidade



Fonte: Arquivos da pesquisadora. Fotografia: Marcela da Silva Barbosa.

Ainda, evitar produzir lixo, consumir ao máximo os recursos fornecidos pela floresta – que, por sua vez, são dádivas dos espíritos – e utilizar o que sobrar como forma de adubar a terra – tratando da floresta assim como ela trata dos indivíduos –; tudo isso são formas de interação que ganham significado quando se compreende a floresta como viva e fonte da cura.

#### 4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo evidenciar como as mulheres de comunidades tradicionais contribuem para manutenção da vida através dos saberes e práticas na produção agrícola e na saúde, aproximando-se do conceito de agroecologia. Assim, foi realizada uma revisão de literatura que discutiu o conhecimento da mulher sobre a natureza, conceituou a agroecologia e apontou o papel dos saberes das mulheres nessa área.

Foi possível constatar que o conhecimento tradicional das mulheres na natureza é um campo relevante no estudo sobre os povos e sobre a relação destes com o meio ambiente. Tradicionalmente, coube às mulheres estudar as plantas, seus efeitos e sua importância na alimentação e na saúde, bem como transmitir esses conhecimentos, especialmente em contextos rurais e na floresta. A sabedoria consiste em um corpo de vivências, experiências e conhecimentos acumulados ao longo da vida e em meio ao seio da comunidade. Ela tem o papel, principalmente, de nortear as ações e o contato com a natureza e com as outras pessoas, possibilitando o autocuidado e os benefícios para os outros.

Conclui-se também que os princípios da agroecologia surgem, então, como uma abordagem da produção agrícola mais integrada com o meio ambiente, com os ciclos naturais e a preservação dos recursos. Busca-se, deste modo, evitar que impactos negativos sejam causados ao meio natural, propiciando uma situação de sustentabilidade.

Os conhecimentos das mulheres sobre a natureza são essenciais para o sucesso nessa empreitada, por isso elas se destacam na prática da agroecologia e nos estudos nessa área. As mulheres estão intimamente ligadas ao meio natural nas comunidades tradicionais, atuando na produção de alimentos, na sustentabilidade e nos cuidados em saúde da população.

Deste modo, foi possível evidenciar, com o estudo, as práticas e o conhecimento tradicional das mulheres das comunidades para a promoção da saúde na comunidade, como proposto pelo estudo, manifestos em seus relatos obtidos por meio das entrevistas e também em sua visão de mundo, que se expressou em suas práticas, assim como em suas falas.

A pesquisa de campo revelou, quanto às mulheres das comunidades Bom Jesus e São Francisco de Bauana, localizadas no município de Alvarães, dentro da Floresta Nacional de Tefé (FLONA), que os seus conhecimentos são fundamentais para a saúde local, sobretudo por morarem em lugares distantes dos grandes centros, e sem a devida atenção por parte do Poder Público.

Mais do que isso, a comunidade em si e a própria floresta representam um lar para elas, o próprio bem viver e promovem a cura. Isso está assentado dentro de sua cosmovisão, na qual todo ente, seja um ser vivo, um rio ou uma rocha, possui um espírito, e a saúde depende tanto do campo físico, como do campo espiritual. Estar em harmonia com a floresta é a base para a saúde dentro dessa visão de mundo, e os seus conhecimentos tradicionais sobre as plantas e suas práticas agroecológicas também precisam ser compreendidos sob este prisma.

A agroecologia se baseia em princípios como a compreensão dos ecossistemas e a busca de seu equilíbrio, a produção em conexão e respeito com o território, e o papel de protagonismo das mulheres que são detentoras de conhecimentos e práticas. As mulheres atuantes na agroecologia buscam, de fato, o respeito aos ecossistemas e um extrativismo sustentável, de baixo impacto.

A produção em conexão e respeito com o território se manifestou na pesquisa de campo, como observada nas visitas às comunidades e nas entrevistas com as mulheres. Os seus conhecimentos se refletem na integração com o meio natural, no respeito a seus ciclos e na visão de que é fundamental a sustentabilidade, tudo dentro da cosmovisão de que a floresta cura e tudo oferece para os seres humanos.

As mulheres, como demonstrado na pesquisa, possuem uma longa tradição de possuírem e transmitirem esses conhecimentos e práticas. Nas comunidades tradicionais, em especial, elas são procuradas para a cura, e também são responsáveis pela alimentação e por promover práticas alinhadas aos preceitos da agroecologia e da sustentabilidade.

Conclui-se, assim, que as mulheres e o seu conhecimento tradicional são fundamentais para a saúde da comunidade. Apesar dessa importância, são e serão essenciais ações que reafirmem o seu papel. Muitas vezes elas são impedidas de assumir posições de protagonismo em suas comunidades, mas são elas que promovem a vida em comunidade.

Pesquisas como essas que evidenciam a sua importância e a sua participação em eventos, bem como sua atuação, e contribuem para sua emancipação social devem ser realizadas de modo a valorizar a sua importância na alimentação, na agricultura e na transmissão de seus conhecimentos tradicionais.

## REFERÊNCIAS

ABIB, Gustavo; HOPPEN, Norberto; HAYASHI JUNIOR, Paulo. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 6, p. 604-616, 2013.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; FARO, Mayra Cristina Silva. Saberes de cura: um estudo sobre Pajelança Cabocla e mulheres pajés da Amazônia. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 5, n. 13, 2015.

ALMEIDA, Marineide Pereira de; et al. A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 6, n. 6, p. 19-31, 2014.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/PA**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em sociologia e antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

ANDRADE, Cleonice Oliveira de. **Mulheres da várzea, uma análise da participação das mulheres no processo produtivo da Ilha do Baixo**. 2012. Disponível em: <https://rii.ufam.edu.br/handle/prefix/2672> Acesso em: 6 nov. 2021.

AQUINO, F. G.; et al. **Educação ambiental e conservação do bioma cerrado: valoração e uso sustentável**. EMBRAPA, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIONORTE. **Banco de Dados Bionorte**. 2022. Disponível em: <http://bancodedados.bionorte.org.br/cooperativas.buscar> Acesso em: 31 ago. 2022.

BOCCHINI, Ana Gouvêa et al. **Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo: modo de vida na várzea do Baixo Solimões**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 09, p. 73-91, 2012.

BRASIL. **ABC do SUS**. 1990. Disponível em: [http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc\\_do\\_sus\\_doutrinas\\_e\\_principios.pdf](http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf). Acesso em: 31 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Floresta nacional de Tefé**. 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/657> Acesso em: 29 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) Acesso em: 31 ago. 2022.

CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro; SILVEIRA, Mariana Martins da. A contribuição do instagram como ferramenta de divulgação científica sobre agricultura orgânica. In: **Anais estendidos do XXIX seminário de educação**. SBC, 2021. p. 74-81.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; CASTOBEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a agroecologia no Brasil. **Revista agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 12-16, 2009.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARLÓN, Ana Dorrego. Cultura e gênero na agroecologia: um estudo de caso sobre biodiversidade e alimentação saudável na Bolívia<sup>1</sup>. **Soberania alimentar**, 2021, p. 71.

CARRILHO, Afonso T. **El retorno a la comunidad: problemas, debates y desafíos de vivir juntos**. Fundação centro dedução y Desarrollo Humano- CINDE. Editora El Búho Ltda, 2014.

CASTELLI, P G.; WILKINSON, John. **Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção**. Estudos sociedade e agricultura, 2002. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/221/217>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAVALCANTE, Patrícia Carvalho. **De “nascença” ou de “simpatia”**: iniciação, hierarquia e atribuições dos mestres na pajelança marajoara. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2008.

CRUZ, Teresa Almeida. **Movimento de mulheres camponesas do Acre: 25 anos de organização e lutas**. 2014. Disponível em: [https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1398902318\\_ARQUIVO\\_Tex tocompleto.25anosdeMMCAC.pdf](https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1398902318_ARQUIVO_Tex tocompleto.25anosdeMMCAC.pdf) Acesso em: 6 nov. 2021.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. **Revista estudos feministas**, v. 18, n. 3, p. 913-925, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados**, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade (DERAD105)**. Porto Alegre: PLAGEDER, 2016.

DIAS, Lucimberg Camargo; CAETANO, Edson. Sabedorias ancestrais de cura: atenção, cuidado e solidariedade entre povos e comunidades tradicionais. In: **Anais do XXIX Seminário de Educação**. SBC, 2021. p. 2627-2636.

DIAS, Odenira Corrêa; et al. Quintais agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento rural interdisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 46-73, 2020.

FARIAS, T. M. **Biometria e processamento dos frutos da macaúba (*Acrocomia ssp*) para a produção de óleos**. Belo. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) Programa de Pós-graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FERES, M. V. C.; MOREIRA, J. V. F. Proteção jurídica da biodiversidade amazônica: o caso do conhecimento tradicional. **R Direito ambiental e sociedade**. 2014. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/3081/2251>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FERREIRA, Norma S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. São Paulo: **Revista de administração de empresas**, v.35, n.4, p. 65-71, 1995.

GUEDES, Fátima. **Vestígios de Curandage**. Memórias de saberes populares/tradicionais. São Paulo: A Ilha, 2022.

HOMMA, A. K. O. Uso, valorização e experiências exitosas com recursos genéticos vegetais na Amazônia. In: Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos, 2., 2012, Belém, PA. **Anais...** Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Recursos Genéticos, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 31 ago. 2022.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Plano de manejo da floresta nacional de Tefé – volume I: diagnósticos**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do->

tefe/arquivos/DCOM\_plano\_de\_manejo\_Flona\_de\_Tefe\_VolumeI.pdf Acesso em: 31 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **ICMBIO**. 2019. Disponível em:  
<http://www.icmbio.gov.br/portal>. Acesso em: 31 ago. 2022.

JAIME, Nilson; et al. A criação da sociedade goiana de história da agricultura. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 32, p. 53-60, 2021.

JALIL, Laeticia. Soberania alimentar, feminismo e ação política. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 9-12, 2009.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEAL, Ayla Julliane da Silva; LEÃO, Jiselly de Oliveira. **O papel e a participação da mulher na cooperativa de Irituia**. 2019. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Capitão Poço, 2019.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; et al. Desenvolvimento sustentável e agroecologia. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade (DERAD105)**, p. 39, 2016.

MACHADO, Rita de Cassia Fraga. Educação de mulheres das águas e da floresta: pelo direito a participar. **Expressa extensão**, v. 21, n. 2, p. 11-20, 2016.

\_\_\_\_\_. Participação comunitária: outras epistemologias. **Rev. espaço do currículo (online)**, v.11, n.3, p. 420-429, 2018a.

\_\_\_\_\_. Mulheres, saberes e comunidade: outra epistemologia. **Momento-diálogos em educação**, v. 27, n. 3, p. 212-226, 2018b.

MACHADO, R.de C. F.; ANDRADE, Êmila da Silva de. Mulheres da floresta: dizendo a sua palavra. Autonomia, participação e emancipação. In: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Participação: interfaces do norte e sul do Brasil**. São Leopoldo: Karywa, 2018.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; BALBINO, Luyandria Farias; OLER, Juliana Rodrigues Larossa. Feiras agroecológicas: mulheres amazônicas fortalecendo trocas e saberes. **Revista de educação popular**, v. 20, n. 2, p. 307-319, 2021.

MAGALHÃES, Rebeca Barroso. **A promoção da saúde sob o ponto de vista das mulheres na várzea da Ilha do Baixo**. 2013. Disponível em:  
<https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/3260/2/Rebeca%20Barroso%20Magalh%c3%a3es.pdf>  
Acesso em: 6 nov. 2021.

MANSANO, S. R. V. O método qualitativo nos estudos sociais aplicados: dimensões éticas e políticas. **Economia & gestão**, v. 14, n. 34, p. 119-136, 2014.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004.



MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados IberoAmericanos para La Educación, La Ciência y La Cultura. In: **Reúñion de consulta técnica sobre investigación en formación del professorado**. México, 1998

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

NERI, Isabell Theresa Tavares. **Cartografia de saberes de mulheres ribeirinhas em uma classe hospitalar na Amazônia paraense**. 2018. 310 f. Dissertação. (Mestrado em educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém. 2018. Disponível em: [https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/12/Isabell\\_Theresa\\_Tavares\\_Neri.pdf](https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/12/Isabell_Theresa_Tavares_Neri.pdf). Acesso em: 6 jun. 2021.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **O trabalho das mulheres ribeirinhas na Amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM**. 2014. 96 f. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/4198/2/Camila%20Fernanda%20Pinheiro%20do%20Nascimento.pdf> Acesso em: 6 nov. 2021.

NASCIMENTO, D.; MOTA, D. M. da. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 3, p. 721-743, out./jan. 2020/2021.

NOGUEIRA DE MESQUITA, Rogério; SILVA NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças. Feminismo (S) rural (IS) em Tela–contribuições do movimento de mulheres camponesas do Acre para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari–ACRE. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. junio, 2019.

OLIVEIRA, W. L.; SCARITO, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

RODRIGUES, Renato dos Prazeres; MEDEIROS, Monique; SILVA BENJAMIN, Aldrin da Mário. As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA). **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, 2021.

PONTES, Lana Glayce Dias Ferreira. **Mulheres, trabalho e dendeicultura na Amazônia: transformações e desafios em Tailândia – PA**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019

PRESTES, Alline da Silva; DA SILVA, Sandra Helena. Relações de gênero na produção de mulheres agricultoras/feirantes do mercado municipal de Parintins-AM. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. julio, 2019.

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência” norma (l) cho”?? sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Revista cadernos de ciências sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 25-52, 2019.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agricultura natural. In: José Marcos Luedy Oliveira (org.). **Quintas ambientais no CRA**. Síntese das Palestras – 2004 e 2005. Centro de Recursos Ambientais, p. 174-181.2006.

REIS, Luciana Moreira dos; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá (PA). **Guaju**, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2019.

ROCHA, Viviane de Oliveira. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus- Amazonas**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T: As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. **Revista Diálogo Educ**. v. 6, no 19, p. 37-50, 2006.

SÁ, Rommel Gonçalves de. **Memória social do uso de plantas medicinais em uma comunidade ribeirinha do Amazonas**. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SADALA, Klaudia Yared; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Gênero e meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia. **Amazônica-revista de psicopedagogia, psicologia escolar e educação**, v. 19, n. 1, p. 9-23, 2017.

SANTILLI J. Biodiversidade e as comunidades tradicionais. In: LIMA A, and BENSUSAN N, editors. **Quem cala consente?** Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: ISA/ UnB, p 53-74, 2003.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Minas Gerais: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Adria Oliveira dos; et al. O Programa aquisição de alimentos (PAA) na região Metropolitana de Santarém (Pará): o caso das mulheres agricultoras da COOMAPLAS. **Brazilian journal of development**, v. 5, n. 7, p. 11090-11106, 2019.

SCALABRIN, Andreia Cristine; et al. **Cadernetas agroecológicas e feminismo: produzindo visibilidade ao trabalho das agricultoras e extrativistas da Amazônia Paraense**. 2018. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210203181.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 29-41, 2007.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento Latino-americano**, 2011, N. 9, p. 170-183.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILVA, Sandra Helena da. **Mulheres cultivadoras de juta e malva na região do Baixo Amazonas**. 2017. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381511774\\_ARQUIVO\\_SandraHelenadaSilvaST050.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381511774_ARQUIVO_SandraHelenadaSilvaST050.pdf). Acesso em: 6 nov. 2021.

SALAZAR, Brenda da Silva; et al. A força da mulher na comunidade magebras (Marajó-Pará): agroecologia, empoderamento e segurança alimentar. **Cadernos de agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.

SOUSA, Fernanda Vale de. **Percepção de mulheres sobre impactos socioambientais: estudo de caso da Resex Marinha Cuinarana, Magalhães Barata-Pa**. 2019, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e Energias renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, 2019.

SOUSA, Wandicleia Lopes de et al. Quintais agroflorestais e trabalho da mulher em espaço periurbano: um estudo de caso em Santarém, Pará, Brasil. **Research, society and development**, v. 9, n. 12, p. e8691210792-e8691210792, 2020.

SOUZA, André Luiz de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto/estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique – Diamante D'Oeste, Paraná**. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, Thamirys; et al. **Estudo da Organização Sociopolítica e Cultural das Mulheres Ribeirinhas da Comunidade São Lázaro, em Caapiranga/AM**. 2014. Disponível em: <https://rii.ufam.edu.br/handle/prefix/4197> Acesso em 6 nov. 2021.

STRACHULSKI, Juliano; SILVA, Adnilson de Almeida; FLORIANI, Nicolas. Força da floresta, saúde e doença: o uso da flora medicinal pelo povo Parintintin. **Cerrados**, v. 19, n. 1, p. 329-360, 2021.

UCHÔA, Maria Zilomar de Sousa. **Acesso às políticas públicas sociais de mulheres do campo: uma análise da atuação da associação de mulheres trabalhadoras rurais do município de Belterra – Pará**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

VASCONCELOS, Lara Borges de; et al. Qualidade de vida relacionada à saúde: análise dimensional do conceito. **New trends in qualitative research**, v. 3, p. 226-238, 2020.

VENTURA, M. M.; O Estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SoCERJ**, v.20, n.5. p.383-386, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Cristian Mateus Herrera. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.